

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e  
Patrimônio Cultural



DISSERTAÇÃO

**Conceitos e critérios para a qualificação de Obras  
Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal  
de Pelotas**

Aline Herbstrith Batista

Orientadora: Profa. Dra. Úrsula Rosa da Silva

Pelotas, 2012

**ALINE HERBSTRITH BATISTA**

**Conceitos e critérios para a qualificação de Obras  
Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal  
de Pelotas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Úrsula Rosa da Silva

Pelotas, 2012.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B333c      Batista, Aline Herbstrith  
              Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da  
              Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas / Aline  
              Herbstrith Batista. – Pelotas, 2012.  
              106 f.; il. + 1 CD-ROM.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –  
Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas,  
2012. Orientadora: Úrsula Rosa da Silva.

1. Obras raras. 2. Preservação de acervos. 3. Memória social.  
4. Patrimônio histórico-cultural. I. Título.

CDD: 025.7

**ALINE HERBSTRITH BATISTA**

**Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da  
Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Úrsula Rosa da Silva

Pelotas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Dissertação intitulada “Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas”, de autoria da acadêmica Aline Herbstrith Batista, aprovada com conceito A pela banca examinadora constituída pelos seguintes docentes:

.....

Profa. Dra. Úrsula Rosa da Silva – IAD/UFPel (Orientadora)

.....

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila dos Santos – (IAD/UFPel)

.....

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat – (DH/ICH/UFPel)

*Ao meu companheiro João,  
à minha filha Laura,  
aos meus pais, irmãos,  
cunhadas e sobrinhos!!!!*

## *Agradecimentos*

*À minha família, por compreender a minha ausência e também pelo incentivo de nunca me deixar desistir; principalmente aos meus pais, pois sem eles eu nada seria.*

*Ao João e a minha princesa Laura, por serem pacientes e compreensivos durante a realização do Mestrado, sempre me dando força nos momentos difíceis.*

*À minha orientadora, Profa. Úrsula Rosa da Silva, pelo carinho, compreensão, incentivo e orientação.*

*À colega e amiga Vanessa Abreu Dias, pela paciência e compreensão nos momentos de crise, pela amizade e pela persistência de nunca me deixar desistir.*

*À chefe e amiga Elionara Rech, por estar sempre pronta pra ajudar e pela compreensão e apoio na execução das atividades relacionadas ao Mestrado.*

*À amiga e colega Carmen Giusti, pelo auxílio e pelas horas dedicadas aos estudos e aos trabalhos realizados.*

*Aos funcionários da Biblioteca Campus Porto, pelo carinho e auxílio... e pelas boas risadas proporcionadas nos momentos de descontração. Em especial à bolsista Débora Xavier, pelo auxílio prestado na Sala de obras raras da Biblioteca de Direito.*

*Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pelas aulas ministradas, principalmente ao professor Paulo Pezat, pelas valiosas contribuições dadas em sala de aula.*

*Aos colegas da turma, pela amizade, pelo carinho e pelo incentivo.*

*Ao meu bom Deus, por me dar força para enfrentar as adversidades que surgiram, não só no período de realização deste trabalho, mas durante toda a minha vida.*

*A todos que não foram citados, mas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta etapa.*

*Certa palavra dorme na sombra  
de um livro raro.  
Como desencantá-la?  
É a senha da vida  
a senha do mundo. Vou procurá-la.  
Vou procurá-la a vida inteira  
no mundo todo.  
Se tarda o encontro, se não a encontro,  
não desanimo.  
Procuro sempre.  
Procuro sempre, e minha procura  
ficará sendo  
minha palavra.  
(ANDRADE, 1997)*

## Resumo

BATISTA, Aline Herbstrith. **Conceitos e critérios para a qualificação de obras raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O presente trabalho tem como principal objetivo esclarecer o que realmente é uma obra ou livro raro, usando para isso autores que escrevem sobre o assunto em questão. Traz uma discussão com relação aos critérios de raridade bibliográfica utilizados por algumas instituições brasileiras, questionando a inexistência de uma política nacional de qualificação de obras raras. Engloba também a trajetória das obras raras no Brasil, além de abordar a preservação e conservação de acervos bibliográficos, trazendo as diferenças conceituais entre preservação, conservação e restauração. Utiliza a Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas, mais especificamente sua “Sala de obras raras”, para um estudo de caso com relação ao acervo constante nesta sala, se são raros ou somente antigos, trazendo dados específicos relacionados a esse acervo, como critérios de raridade, idioma das obras, idade, estado de conservação, entre outros aspectos pertinentes ao estudo. Traz uma explicação da biblioteca como lugar de memória, já que a mesma está contida em seus inúmeros suportes, sendo assim caracterizada como guardiã do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio produzido por homens do passado, mas, de através dele, possibilitar o acesso ao passado e preservar a memória.

**Palavras-chave:** Obras raras. Preservação de acervos. Patrimônio histórico-cultural. Memória social.

## Abstract

BATISTA, Aline Herbstrith. **Concepts and criteria for the qualification of rare Works of Law Library of Federal University of Pelotas.** 2012. 106 f. Dissertation (Master Degree) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The present work has as main objective to clarify what is a rare book, to understand such subject it is used authors who write about it. This dissertation brings a discussion regarding to the criteria of bibliographical rarity used by some Brazilian institutions, questioning the lack of a national qualification of rare works. It also covers the trajectory of rare books in Brazil, as well as engages in the preservation and conservation of library, bringing the conceptual differences between preservation, conservation and restoration. Using the Law Library of the Universidade Federal de Pelotas, especially its “Rare books room” for a case study with the collection contained in this space, if it is rare or just old, bringing specific data related to this collection, as a rarity criteria, work language, age, condition, among other relevant data to this study. It also provides an explanation of the library as a place of memory, since memory is contained in its many supporters, thus characterized as the knowledge guardian, not in order to keel it for itself the past heritage produced by men, but through it, provide access to the past and preserve the memory.

**Keywords:** Rare works. Collection preservation. Historic and cultural heritage. Social memory.

## Lista de Figuras

Figura 1	Gráfico dos critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas ao limite histórico).....	p. 34
Figura 2	Gráfico dos critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas aos aspectos bibliológicos).....	p. 36
Figura 3	Gráfico dos critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas ao valor cultural).....	p. 41
Figura 4	Gráfico dos critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas à pesquisa bibliográfica).....	p. 43
Figura 5	Gráfico dos critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas às características do exemplar)...	p. 45
Figura 6	Parte do acervo de obras raras da Biblioteca de Direito.....	p. 66
Figura 7	Parte do acervo de obras raras da Biblioteca de Direito.....	p. 67
Figura 8	Foto parcial das obras raras da Biblioteca de Direito, após higienização.....	p. 67
Figura 9	Foto parcial das obras raras da Biblioteca de Direito, após higienização.....	p. 68
Figura 10	Obra publicada em 1770, em Lyon, na França, tratando sobre Direito canônico.....	p. 70
Figura 11	Obra mais antiga da biblioteca, do século XVIII.....	p. 71
Figura 12	Obra do século XVIII, de 1795.....	p. 71
Figura 13	Gráfico do período do acervo estudado.....	p. 72
Figura 14	Obra impressa no Rio de Janeiro, em 1837.....	p. 73
Figura 15	Obra publicada na Impressão Régia, com licença.....	p. 74

Figura 16	Obra publicada pela Typographia Hollandiana, com licença do Desembargo do Paço.....	p. 75
Figura 17	Obra da coleção do Dr. Araújo Brusque, com marcas de propriedade.....	p. 76
Figura 18	Obra da coleção do Dr. Araújo Brusque, com marcas de propriedade.....	p. 76
Figura 19	Obra doada por Fernando Luís Osório à biblioteca.....	p. 77
Figura 20	Idioma das obras catalogadas.....	p. 78
Figura 21	Estado de conservação das obras.....	p. 80
Figura 22	Principais deteriorações encontradas nas obras.....	p. 81

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas ao limite histórico).....	p. 33
Tabela 2	Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas aos aspectos bibliológicos).....	p. 35
Tabela 3	Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas ao valor cultural).....	p. 40
Tabela 4	Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas à pesquisa bibliográfica).....	p. 42
Tabela 5	Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionadas às características do exemplar).....	p. 45
Tabela 6	Período do acervo estudado.....	p. 72
Tabela 7	Idioma das obras estudadas.....	p. 78
Tabela 8	Estado de conservação das obras.....	p. 79
Tabela 9	Principais deteriorações das obras.....	p. 80

## **Lista de Abreviaturas**

FBN	Fundação Biblioteca Nacional
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
SISBI	Sistema de Bibliotecas
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFF	Universidade Federal Fluminense

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>p. 14</b>
<b>1 Obras raras: conceituação e história.....</b>	<b>p. 19</b>
1.1 O livro raro no Brasil.....	p. 22
1.2 Preservação e conservação de acervos bibliográficos.....	p. 23
1.2.1 Diferenças conceituais.....	p.24
1.2.2 Fatores de degradação dos documentos.....	p. 26
1.3 Discussão sobre os critérios para qualificação de obras raras utilizados em algumas bibliotecas brasileiras.....	p. 29
<b>2 Biblioteca: local de preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural.....</b>	<b>p. 47</b>
2.1 A biblioteca como lugar de memória.....	p. 50
2.2 As bibliotecas e seus suportes de memória.....	p. 53
2.2.1 Bibliotecas: entre a Antiguidade e o século XX .....	p. 55

<b>3 O acervo de obras raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas.....</b>	<b>p. 62</b>
3.1 Histórico da Biblioteca José Júlio de Albuquerque Barros.....	p. 65
3.2 Análise das obras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas datadas até 1840, quanto ao critério de raridade.....	p. 68
<b>Considerações finais.....</b>	<b>p. 82</b>
<b>Referências.....</b>	<b>p. 84</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>p. 89</b>

## Introdução

Este trabalho, intitulado “Conceitos e critérios para a qualificação de obras raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas”, se enquadra na linha de pesquisa de Gestão de Acervos e Patrimônio. Trata-se de um estudo realizado na Biblioteca Professor José Júlio de Albuquerque Barros, a Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde trabalhei em 2006 como bibliotecária.

A partir da minha experiência profissional, verifiquei a importância dada pelos pesquisadores ao material antigo, e o que mais me chamou a atenção foi a dificuldade de acesso a esse material, tendo em vista a sua deterioração e a sua inexistência, em virtude de muitas vezes ter sido descartado.

O bibliotecário trabalha o tempo inteiro com a memória, seja ela científica, artística ou literária, pois a leitura é o seu instrumento de trabalho. Lendo, ele classifica, codifica, indexa, atribui descritores, e tais dados serão os indicadores para consultas aos índices das bibliotecas e de outros locais de atuação do bibliotecário, tanto em formato eletrônico como em papel.

Através de levantamento realizado nas bibliotecas componentes do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da UFPel, chamou-me a atenção na biblioteca de Direito uma sala denominada "sala de obras raras". A biblioteca possui obras apresentadas como raras, porém não existe nenhum manual, nem critérios específicos para qualificação das mesmas como tal, nada que especifique o porquê de possuírem essa denominação. São aproximadamente 2000 exemplares, abrangendo as áreas de Direito, Sociologia e Filosofia, entre outras áreas, que necessitam de uma avaliação.

Em 2006, quando cursei a Especialização em Patrimônio Cultural: conservação de artefatos, trabalhei com parte do acervo dessa sala, com o título “Estudo, catalogação e análise de Obras raras da Biblioteca de Direito da UFPel,

datadas até 1840”, com o objetivo de realizar o fichamento técnico das obras raras e também um diagnóstico dos livros, com especificações das encadernações, do corpo do livro e do estado de conservação.

Dessas obras, elaborei um catálogo, por meio de fichas e fotos, com todos os materiais datados até 1840 (Apêndice D), totalizando 151 (cento e cinquenta e uma) obras.

A ficha de descrição das obras (Apêndice A) inclui dados como número de identificação – que serve como controle do número de obras estudadas –, autoria, título, número de registro, número de chamada, local de impressão, editora, ano de publicação, tipo de suporte da obra, estado de conservação, especificações da obra, principais deteriorações e outras informações pertinentes a cada exemplar catalogado.

Meu objetivo principal foi avaliar essas 151 obras, enquadrando-as em seus respectivos critérios de raridade, e também distinguir as que são apenas antigas e não apresentam nenhum indicador de raridade.

Através de leituras específicas e do estudo e comparação dos critérios de qualificação de obras raras de diversas instituições, pretendeu-se criar políticas para a qualificação de obras raras, não só da biblioteca de Direito, mas de todas as bibliotecas componentes do SISBI – UFPel, e também para preservação e conservação destes materiais. É importante ressaltar que muitas das obras que não se enquadram como raras fazem parte da memória da referida Faculdade.

Nas bibliotecas jurídicas, determinar o que seria uma obra rara implica saber o que exatamente se enquadraria em obra jurídica rara, qual o tipo de informação jurídica é importante para essa determinação. Para melhor compreender, informação jurídica é:

Originada fundamentalmente por um tripé informacional distinto: legislação, doutrina e jurisprudência. Legislação é o conjunto normativo que regula a convivência social. A Doutrina é o conjunto de princípios expostos nas obras de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. E a Jurisprudência é a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetem a julgamento da justiça, que produz sentenças no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas nos Tribunais. (MIRANDA, 2004, p.138)

Como se trata de um acervo bibliográfico, está de acordo com a primeira legislação patrimonial do Brasil, o Decreto-lei 25/37, que diz:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Nas bibliotecas jurídicas a maior preocupação é conservar as obras destes grandes mestres jurídicos, estudiosos da lei, das constituições etc., já que os pesquisadores da área jurídica buscam embasamento teórico também nessas obras para seus julgamentos.

Toda instituição que possui acervos de obras raras precisa formular uma política própria e adequada às suas necessidades, para definição das características particulares que os livros de determinada área devem possuir para serem considerados raros. A tarefa de qualificar obras raras da área jurídica é um desafio ainda maior, pois baseia-se em critérios de raridade já existentes em outras bibliotecas, que qualificam obras raras no geral, não em áreas específicas.

É necessário possuir certos conhecimentos para distinguir obras “antigas” de obras “raras”, as quais serão especificamente estudadas no primeiro capítulo.

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem a ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que o faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra. (MORAES, 1998, p.64)

Não existe uma fórmula para identificar livros raros, o que existe são características que os diferenciam dos demais. Apenas caracterizá-lo por sua antiguidade não é o ideal, já que o conceito de livro raro é bem mais abrangente. Nas bibliotecas, geralmente o que é levado em conta é a importância histórica da obra e de seu conteúdo.

É de grande importância o estudo de livros como patrimônio cultural, pois as instituições de guarda desses materiais, como as bibliotecas, os arquivos e os museus, têm em comum a responsabilidade pela preservação desses acervos, já que a cultura é um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e maneiras que caracterizam uma comunidade.

“Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade” (LE GOFF, 2003, p.110). Para Le Goff, a importância dos documentos está diretamente ligada a sua influência no contexto cultural e social, pois a sociedade, ao mesmo tempo em que necessita dos documentos para salvaguardar sua história, também valida e decreta a importância de tais documentos, estabelecendo assim um dualismo em que o valor é diretamente imposto pela sociedade e do qual a ela também necessita.

A dissertação terá a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo tratará especificamente das Obras raras, conceituando-as, abordando a história e a trajetória do livro raro no Brasil, a diferenciação conceitual entre obra antiga e obra rara. O capítulo trata também da preservação e conservação de acervos bibliográficos, trazendo as diferenças conceituais entre preservação, conservação e restauração, enfatizando o tratamento de obras antigas e raras.

O segundo capítulo discutirá questões relacionadas à memória e ao patrimônio histórico cultural, tratando detalhadamente das bibliotecas como lugares de memória, incluindo a história do livro e das bibliotecas entre os séculos XVIII e XX, focando o livro como suporte de memória, e trazendo também uma discussão sobre critérios utilizados para definição de obras raras utilizadas pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e em algumas bibliotecas de outras instituições que disponibilizam seus critérios de qualificação, a saber: Universidade Federal do Ceará, Supremo Tribunal de Justiça (Biblioteca Ministro Oscar Saraiva), em Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Biblioteca de Manguinhos, no Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal de Minas Gerais.

O terceiro capítulo abordará um breve histórico da Faculdade de Direito e

também da sua biblioteca, ressaltando o valor histórico do referido prédio e de seu precioso acervo da área jurídica. São também analisadas as obras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas datadas até 1840 quanto ao critério de raridade. Aborda-se uma discussão com relação aos resultados obtidos durante a realização do trabalho e da organização da sala de obras raras, resultados esses relacionados à idade do acervo e ao grau de conservação, entre outras peculiaridades.

A última parte apresenta as considerações finais, onde estão incluídas as conclusões e reflexões relacionadas a esse estudo de obras raras.

## 1 Obras raras: conceituação e história

Na hora de classificar uma obra rara, o bibliotecário deve levar em conta, principalmente, os aspectos históricos, culturais e patrimoniais. Para Carteri (2005), “O livro raro oferece aos membros da área patrimonial uma problemática complexa e específica, visto não existirem no Brasil leis que determinem diretrizes para o estabelecimento da raridade de um livro e a ausência destas interferem na atuação dos profissionais interessados neste documento, mas não impedem que o mesmo receba a atenção destes”.

Os livros, sejam eles antigos ou raros, são considerados documentos representativos da memória de um país, e devem ser considerados como patrimônio histórico e cultural, um patrimônio literário e intelectual da região, representativo da memória regional, nacional e mundial. Eles mantêm a memória do passado, pois refletem a comunidade e os indivíduos em determinados períodos da história. O registro destas ideias dá um sentido real de existência ao homem.

De acordo com Sant’ana,

Durante quase 350 anos, no período que vai de Gutenberg até o final do século XVIII, todos os livros foram produzidos praticamente do mesmo modo. A quantidade de livros produzidos sempre foi muito grande, e apenas nos primeiros cinquenta anos de impressão, até 1500, houve uma produção estimada em dez milhões de incunábulos, em toda a Europa. Mesmo podendo existir vários exemplares de cada título (calcula-se que foram impressos mais de 29 mil títulos, com uma tiragem média de 300 exemplares por edição), bibliotecas e outras instituições públicas consideram todos os incunábulos<sup>1</sup> como livros raros, não importando seu valor de mercado. A concepção que prevalece neste caso é a da raridade enquanto valor histórico. (SANT’ANA, 2001, p.5)

---

<sup>1</sup> Do latim *incunabulum*, berço, é uma expressão técnica que designa os livros impressos até o ano de 1500. (MARTINS, 2002, p.157)

Os livros são passíveis de tombamento como patrimônio histórico-cultural, conforme o artigo 216 da Constituição Federal. Trata-se de um documento disseminador da informação, seja ela científica, intelectual, artística ou cultural, perecível enquanto suporte.

**Raro** é aquilo que é tratado sob esta acepção em qualquer lugar – o que é raro no Brasil, também é na América do Norte, na Europa, na Ásia. **Único** remete a idéia de “exemplar único conhecido”, relevando-se a existência de acervos potencialmente raros, não identificados, em bibliotecas, arquivos e museus, guardiães de livros [...] **Precioso** abrange noções de posse e identidade. Cada curador de acervo deve encarregar-se de acumular aquelas coleções que, em princípio, seriam de sua exclusiva competência, em função da missão da pessoa (física ou jurídica) que representa. Por exemplo: compete ao bibliotecário de um banco captar e armazenar todos os títulos referentes à história daquele banco, de seus fundadores, de seus acionistas – que são, por isso, preciosos – [...] (PINHEIRO, 2004)

Existem muitas divergências quanto à definição de raridade bibliográfica e guarda de livros raros, principalmente entre bibliotecários e colecionadores. Ambos reconhecem o valor histórico de uma obra antiga, mas os colecionadores não se baseiam na antiguidade da obra para sua caracterização, já os bibliotecários e as bibliotecas referem-se à data como um dos principais critérios de raridade, acrescido de outros critérios de raridade utilizados por outras bibliotecas.

Existem, portanto, padrões internacionais de definição do que seja uma raridade bibliográfica que se valem do princípio de que todos os livros publicados de forma artesanal merecem ser considerados raros. Assim, a utilização da data de publicação como um critério de demarcação não é feito por uma questão “puramente cronológica”, mas está baseada em um fato historicamente dado (a mudança nos meios de produção); por motivos de simplificação essa data foi estabelecida como sendo o ano de 1801. Entretanto, os responsáveis por bibliotecas públicas ou outras instituições mantidas pelo Estado não podem identificar uma obra como rara levando em conta apenas seu caráter histórico ou cronológico. Cada instituição que mantém acervo de obras raras precisa criar uma política própria para a definição das características particulares que os livros devem possuir para que sejam considerados raros. (SANT’ANA, 2001, p.8)

Através desse material, é possível estudar as origens do conhecimento contemporâneo, a partir de várias ideias e saberes, além da relação que tais saberes

sustentavam com as sociedades da época.

Os livros raros demonstram, através de sua leitura, o pensamento de intelectuais que disseminaram as primeiras teorias do conhecimento que temos hoje. Conforme Pinheiro (2004), o conceito de livro raro é uma questão que atormenta os pesquisadores da área, devido aos precedentes citados:

1) É impossível pré-determinar as características de um livro raro, porque cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas; 2) É difícil discernir sobre características postas em evidência, quando se tenta provar a raridade de um livro – os argumentos são frágeis, baseados no “inquestionável” pressuposto da antiguidade. (PINHEIRO, 2004)

O uso de critérios de avaliação, para distinção de obras raras das demais, leva em conta o fato de as mesmas merecerem um tratamento diferenciado, devido à dificuldade de obtenção dos exemplares e seu alto valor histórico.

Por tradição, no Brasil, a biblioteca de livros raros é múltipla, partilhável, partitiva e segmentária. É lugar-comum, no país, que parte de uma biblioteca constitua outra e mais outra e tantas outras bibliotecas quanto curadores e autoridades guardiãs julgarem necessário. A biblioteca de livros raros no Brasil é múltipla (abrange objetos diferentes), porque é a soma de muitas coleções, assemelhadas e diversas, representativas de opiniões e ideologias, de crenças e descrenças, de verdades e mentiras. A biblioteca é partitiva (parte de um todo), partilhável (divisível em partes) e segmentária (formada de muitos segmentos) porque seu manifesto caráter múltiplo evidencia a possibilidade de subtração de coleções, que vão formar outras bibliotecas. (PINHEIRO, 2004)

Sant’ana (2001) indica a possibilidade de existência de dois níveis possíveis de critérios de raridade: primeiramente, um nível mais restrito, reservado para obras que são consideradas raras em qualquer parte do mundo; e um segundo nível, mais amplo, englobando obras com aspectos particulares, de interesse específico de uma biblioteca, como obras de juristas da instituição.

Pinheiro (1989) sugere uma divisão mais técnica, na qual o primeiro nível englobaria as obras raras propriamente ditas; no segundo nível, estariam as obras “preciosas”, que abrangem a noção de posse e identidade, pois a biblioteca

possuidora de uma coleção de obras raras tem a dupla missão de preservar a obra e ao mesmo tempo garantir o acesso às informações contidas nela, e ao mesmo tempo garantir o acesso às informações contidas nela, pois a preservação deve atingir não apenas o suporte, mas também a informação.

### 1.1 O livro raro no Brasil

A raridade bibliográfica passou a ter importância no Brasil em meados da década de 30 do século XX. Até os tempos atuais, os bibliotecários não têm uma definição clara do que realmente seria uma obra rara, pois existem muitas características relevantes que devem ser estudadas para que se possa classificar com certeza o que é uma obra rara.

O livro, por si só, é um documento disseminador de informações, sejam elas de caráter científico, artístico ou cultural, perecível enquanto suporte, além de ser um elemento passível de tombamento como patrimônio histórico-cultural.

Atualmente, não existe no Brasil uma política norteadora da área de raridade bibliográfica que padronize o tratamento necessário aos acervos raros. Cada instituição, particularmente, elabora seus próprios procedimentos e critérios, muitas vezes baseados em experiências de outras instituições.

Sabe-se que o livro raro é aquele difícil de encontrar, invulgar, diferente do livro comum. A palavra 'raro' significa também algo valioso ou precioso; a partir dessa conceituação, pode-se dizer que uma obra rara seria então qualquer publicação incomum, difícil de achar, e com um valor maior do que os livros disponíveis no mercado, possuidor de características especiais quanto a sua forma, materiais utilizados, qualidade estética e também quanto ao seu conteúdo.

Um livro começa sua carreira sendo "comum"; passa a ser "escasso"; torna-se "raro", e acaba sendo "raríssimo". Há, na escala, graduações e sutilezas que os livreiros usam nos anúncios. Há o livro "escasso e procurado", o livro "raro com a folha de erratas" ou "com as capas da brochura". Quanto aos adjetivos "raro" e "raríssimo", há um verdadeiro abuso dos livreiros. Não lhe bastam mais essas expressões nesse nosso mundo de publicidade intensa. (MORAES, 1998, p.44)

O livro considerado raro no Brasil é armazenado em salas e subsalas, como cofres de preciosidades, de tal forma que dificilmente se tem acesso ao seu conteúdo. Justifica-se isso como sendo um sistema de defesa contra o “mau usuário”. Nessas condições, os livros morrem, como matéria orgânica, têm tempo de vida útil, morrem nas prateleiras, em caixotes etc. de bibliotecas seladas, viram fragmentos pela ação de agentes biológicos, da umidade, do tempo e do desuso.

A biblioteca de livros raros no Brasil é um lugar onde o livro está preso, onde só é permitido vê-lo, mas nunca tocá-lo. Ora, o livro raro não é só para ler, e sim para ser analisado como monumento e como documento, em suporte e informação.

Geralmente, são considerados livros raros brasileiros todas as primeiras edições de autores consagrados no século XIX, ou impressões do período da regência de D. João VI e do Primeiro reinado, ou ainda exemplares com alguma particularidade, por exemplo, com autógrafo do autor do livro, obras em tiragens reduzidas, impressões em papéis especiais, entre outros.

No Brasil, foi criado pela Biblioteca Nacional o PLANOR – Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, através da Portaria n. 19, de 31 de outubro de 1983, que tem como objetivos: identificar, coletar, reunir e disseminar, através da Fundação Biblioteca Nacional, informações sobre acervos raros existentes no Brasil; fornecer orientações sobre procedimentos técnicos na identificação, organização, tratamento técnico e gestão desse patrimônio, conforme normas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional; prestar assessoria técnica a outras instituições com a finalidade de orientar quanto à organização e preservação de acervos raros existentes no País, além de desenvolver programas de formação e aperfeiçoamento de mão de obra especializada.

As obras raras são merecedoras de cuidados especiais, pois fazem parte do patrimônio histórico-cultural da instituição em que se encontram; sua preservação é também a preservação histórica do documento.

## **1.2 Preservação e conservação de acervos bibliográficos**

Quando falamos em acervos bibliográficos, rapidamente nos remetemos para bibliotecas. O acervo de uma biblioteca possui informações necessárias para a divulgação da memória científica, técnica e histórica de uma comunidade. Nas

instituições públicas eles têm caráter de patrimônio público, pois servem de apoio à pesquisa para a comunidade em geral; portanto, sua preservação se transforma em uma tarefa que tem por objetivo a contribuição para o bem comum.

A preservação de acervos é uma questão que vem ganhando importância de algum tempo pra cá. É imprescindível o estímulo às instituições para que formulem políticas de preservação e conservação de acervos, de modo que a sociedade possa guardar a memória contida nesses tesouros, que foram e continuarão sendo valiosas fontes de informação ao longo da história.

### 1.2.1 Diferenças conceituais

Na área de conservação da integridade física dos materiais de informação existem três conceitos pertinentes que constantemente são confundidos, que são os de preservação, conservação e restauração, definidos por Sá (2001, p.3) da seguinte forma:

**Preservação:** é uma consciência, mentalidade, política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger e salvaguardar o Patrimônio. Resguardar o bem cultural, prevenindo possíveis malefícios e proporcionando a este condições adequadas de "saúde". É o controle ambiental, composto por técnicas preventivas que envolvam o manuseio, acondicionamento, transporte e exposição;

**Conservação:** é o conjunto de intervenções diretas, realizadas na própria estrutura física do bem cultural, com a finalidade de tratamento, impedindo, retardando ou inibindo a ação nefasta ocasionada pela ausência de uma preservação. É composta por tratamentos curativos, mecânicos e/ou químicos, tais como: higienização ou desinfestação de insetos ou microorganismos, seguidos ou não de pequenos reparos;

**Restauração:** é um tratamento bem mais complexo e profundo, constituído de intervenções mecânicas e químicas, estruturais e/ou estéticas, com a finalidade de revitalizar um bem cultural, resgatando seus valores históricos e artísticos. Respeitando-se, ao máximo, a integridade e as características históricas, estéticas e formais do bem cultural, deve ser feito por especialistas.

A preservação de bibliotecas e seus conteúdos se ocupa diretamente com o patrimônio cultural, consistindo na conservação desses em seus estados atuais. Assim, preservação tem um sentido abrangente, incluindo todas as considerações administrativas baseadas em políticas estabelecidas, que devem prever desde o

projeto de edificações e instalações, até a seleção, aquisição, acondicionamento e armazenamento dos materiais, assim como o treinamento de usuários e de funcionários, ou seja, pode-se relacionar a preservação à conscientização, buscando que as pessoas entendam a importância de preservar, sempre lembrando que a manutenção e a limpeza periódicas são a base da prevenção.

Já a conservação é um conceito bastante amplo, que abrange basicamente três ideias, que são a preservação, já citada anteriormente, a proteção e a manutenção. Implica técnicas e práticas específicas relativas à proteção de materiais de diferentes formatos e natureza física (papel, tecido, couro, registros magnéticos) contra danos, deterioração e decomposição. A conservação defende as obras da ação de agentes físicos, químicos e biológicos que atacam esse tipo de material. Seu principal objetivo está relacionado à defesa ao prolongamento da vida útil através de tratamentos corretos e, para que isso aconteça, é necessário que haja frequente fiscalização das condições ambientais, armazenamento e manuseio.

A restauração compreende as interferências técnicas sobre os componentes materiais de um documento já deteriorado, praticadas por especialistas, em laboratório, com o propósito de recuperá-lo para a forma tão próxima quanto possível do original e com sacrifício mínimo da integridade estética e histórica da peça. É uma atividade que exige grande habilidade, conhecimento e paciência por parte do profissional, pois é na restauração que se praticam muitas intervenções, com objetivo de revitalizar a obra original, ou seja, a legibilidade do objeto, por isso a restauração é relacionada ao conserto. Podemos dizer então que conservação e restauração são medidas de preservação.

A exigência básica para conservar-se um patrimônio cultural é fundamentalmente: administração segura, recursos adequados e conhecimentos decorrentes da ciência e da técnica. A conservação de acervos bibliográficos, portanto, como matéria interdisciplinar, é um fato de convergência e de integração de atitudes. O conservador tornou-se experimentador tanto quanto o artista: o homem da ciência ao procurar compreender os fenômenos para os dominar. (SPINELLI JÚNIOR, 1997, p.11).

Nesse capítulo, estou abordando os temas preservação e conservação, em que surgem diversas correntes de pensamentos, pois existem pessoas que consideram um tema ultrapassado, visto que, atualmente, já está tudo disposto em

meio magnético, e outras que consideram um tema importante para manutenção da história, da cultura e da informação. Deve-se salientar que até os meios magnéticos necessitam de condições ambientais favoráveis e cuidados para sua preservação.

Para que ações de preservação sejam efetivadas, deve haver uma conscientização pessoal do profissional que atua no centro de informação, seguida de uma conscientização dos administradores, diretores e usuários do mesmo. Preservar um acervo significa preservar não apenas os materiais existentes no local, mas também a saúde dos profissionais e usuários que se utilizam deste acervo. Cabe ao profissional da informação auxiliar na conscientização para preservação.

### **1.2.2 Fatores de degradação dos documentos**

Os arquivos, bibliotecas e museus vêm sendo objetos de debate sobre a criação de programas de preservação de seus acervos, constituídos por diferentes tipos de suporte. Os acervos de bibliotecas são basicamente constituídos por materiais orgânicos e, como tal, estão sujeitos ao processo contínuo de deterioração. Como lembra Rodrigues (2006, p.116):

A principal preocupação da biblioteca universitária no que diz respeito a acervos históricos deve ser, portanto, a responsabilidade de conservar o patrimônio cultural bibliográfico, tornando-o acessível ao público de maneira eficaz e eficiente.

A rápida deterioração dos livros impressos faz com que sua sobrevivência seja ameaçada, devido às péssimas condições de armazenamento, rotinas de processamento técnico e desgastes causados por seu empréstimo e uso.

Para assegurar uma vida mais longa para o acervo, o método mais eficiente em relação a custos é prevenir a sua deterioração.

Existem diversos fatores que contribuem para o desgaste dos documentos. Dentre eles, escolhemos os descritos por Luccas (1995): os fatores intrínsecos, relacionados à composição dos materiais – tipos de colagem, tipo de fibras, resíduos

químicos, partículas metálicas – e fatores extrínsecos, externos aos materiais, os quais podem ser divididos em agentes físicos e agentes biológicos.

Dos agentes físicos, a radiação ultravioleta (UV), presentes na luz solar e em lâmpadas fluorescentes são muito prejudiciais aos livros, pois contribuem para a oxidação da celulose; tal efeito acelera a degradação do papel, tornando-o amarelado. Uma das recomendações para evitar estes danos é substituir as lâmpadas fluorescentes pelas que emitam menor número de raios ultravioleta; nos locais de guarda de obras raras, as lâmpadas somente devem ser acesas durante a busca por documentos e materiais.

A temperatura e a umidade, quando não estão adequados ao material, provocam uma dinâmica de contração e alongamento dos componentes de papel, além de favorecerem a proliferação dos agentes biológicos. A temperatura ideal para lugares sem fluxo contínuo de pessoas é de 12°C; em áreas onde a permanência de pessoas é inevitável, a temperatura deve ser estabelecida entre 18 e 22°C, e a umidade relativa do ar deve se manter sempre entre 40 e 50%.

Os agentes biológicos mais comuns são os microorganismos, entre eles encontramos os fungos, insetos, traças, piolho de livro, cupins e brocas. Os fungos vivem como parasitas em matérias orgânicas mortas, contribuindo para a decomposição dos materiais. Existem principalmente por causa do alto teor de umidade e temperatura descontroladas.

Os insetos que atacam os acervos das bibliotecas são divididos em duas categorias: os roedores de superfície, que atacam o exterior dos materiais, como baratas, traças e piolho do livro, e os roedores internos, que são os cupins e brocas.

Quanto aos roedores de superfície, as baratas costumam atacar principalmente papéis gomados e capas encadernadas com tecidos, atacam também publicações com lombadas ocas, entrando e alimentando-se de cola; as traças alimentam-se da celulose do papel ou do amido da cola da lombada dos livros ou das etiquetas, e a característica de sua ação nos acervos é semelhante ao da barata, só que em menor proporção; o piolho de livro alimenta-se dos fungos presentes no papel, corroendo toda a superfície onde exista esse tipo de organismo. Em grande quantidade conseguem causar danos aos documentos produzindo pequenos orifícios nos materiais.

Enfatizando os roedores internos, nas bibliotecas os cupins além de atacarem a madeira, atacam também os livros, formando galerias não visíveis; sua presença

só é notada quando os prejuízos já são muito grandes; para as brocas, os livros constituem seu principal material de ataque. Elas não se alimentam somente de celulose, mas atacam também o couro com superfície flexível. Seu ataque pode ser detectado através da poeira fina e característica, com textura de grãos de areia deixadas sob o local de atuação.

Ainda de acordo com Luccas (1995), um dos fatores extrínsecos a ser enfatizado na degradação de documentos é a ação do homem, através de manuseio incorreto, acondicionamento inadequado e ainda nas condições construtivas.

É evidente nas bibliotecas a ação do homem sob os acervos, principalmente com relação às formas equivocadas de manuseio dos materiais. Algumas formas de uso incorreto dos acervos são: colocar clips como marcadores de páginas; colocar dentro dos livros materiais que alteram o PH do papel, como pétalas ou folhas de plantas; retirar o livro da estante puxando-o pela borda superior da lombada; alimentar-se junto aos livros; fazer “orelhas” para marcar páginas; fazer anotações nos livros; tirar fotocópia dos materiais; virar as páginas com os dedos umedecidos com saliva; consertar as obras com fitas adesivas; manusear os materiais com as mãos sujas, entre outros.

Além disso, também é importante não utilizar mobiliário de madeira sem tratamento e sempre utilizar bibliocantos para segurar os volumes. A biblioteca preferencialmente deve ser construída longe de cozinhas, lanchonetes, banheiros etc, a fim de evitar infestação de insetos e roedores; sugere-se também evitar pisos de difícil limpeza e manutenção, como madeiras e acarpetados; as estantes devem ser afastadas das paredes no mínimo 30 cm, e o espaçamento entre elas deve ser de, no mínimo, 80 cm, e, o mais importante, que não recebam luz solar direta.

Nas bibliotecas, devemos ter muito cuidado, pois temos que levar em conta que o papel degrada-se rapidamente se fabricado ou acondicionado sob critérios indevidos; além da acidez, que é uma das maiores causas da degradação de papéis, e nunca esquecendo que o acondicionamento de obras em ambientes úmidos e quentes gera efeitos nocivos, como o enfraquecimento da celulose e a proliferação de agentes biológicos.

### **1.3 Discussão sobre os critérios utilizados para qualificação de obras raras em algumas bibliotecas brasileiras**

A atribuição de critérios de raridade para distinguir as obras valiosas ou raras das demais se relaciona ao fato de que as obras raras merecem um tratamento diferenciado, devido à dificuldade de se obter exemplares e também ao seu valor histórico e estético.

Existem muitas características que levam um livro a ser considerado raro, mas devemos levar em consideração alguns aspectos que são de grande relevância.

A determinação de critérios para enfoque de raridade bibliográfica nas bibliotecas brasileiras implica na abordagem do caráter bibliológico das obras e na ênfase da influência social, econômica e cultural, sofrida por todas as autoridades que contribuíram na elaboração física e intelectual de uma obra. A análise desses critérios deve ser realizado, no mínimo, sob uma das seguintes perspectivas: a) do bibliotecário, em face de um acervo antigo; b) a do gerente da instituição, perante um acervo que desconhece e considera “valioso”, por constituir parte da história e da instituição; e c) a do usuário, que sistematiza as perspectivas anteriores. (PINHEIRO, 1989, p.21)

Foi realizado um levantamento bibliográfico na literatura nacional em busca de critérios para a identificação de obras raras, através da verificação nas bibliotecas sobre a existência ou não dessas obras e os critérios utilizados para tal qualificação.

Foram pesquisadas algumas instituições que possuem critérios próprios de identificação e qualificação de obras raras disponíveis na Internet, totalizando 12 (doze) bibliotecas. São elas: Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; Universidade Federal do Ceará; Supremo Tribunal de Justiça (Biblioteca Ministro Oscar Saraiva), em Brasília; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense; Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo; Universidade Estadual de Campinas; Biblioteca de Manguinhos, no Rio de Janeiro; Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal de Minas Gerais.

Segundo Pinheiro (1989), para a elaboração de uma metodologia devem ser levados em conta alguns aspectos: limite histórico, aspectos bibliológicos, valor cultural, pesquisa bibliográfica e características do exemplar. Os dois primeiros

aspectos abarcam todo o material que em geral é considerado raro; já nos outros, aparecem peculiaridades que dependerão de análise detalhada para uma correta indicação de raridade.

No limite histórico, devemos, através da idade cronológica, levar em conta a aparição da imprensa nos diversos lugares do mundo, bem como os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos.

**1 Limite histórico:** 1.1 todo o período que caracteriza a produção artesanal de impressos – demarcado com as principais datas da evolução tecnológica do livro: do século XV, princípio da história da imprensa, até antes de 1801, marco do início da produção industrial de livros; 1.2 todo o período que caracteriza a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar – por exemplo, o século XIX, quando foram publicados os primeiros “incunábulos” brasileiros, com a criação da Imprensa Régia; 1.3 todo o período que caracteriza uma fase histórica, demarcada em função do conjunto bibliográfico (âmbito, objetivo, utilização, assunto, etc.) e/ou do interesse do colecionador – por exemplo, uma coleção de primeiros números de diversos jornais. (PINHEIRO, 1989, p.29-30).

Das doze instituições pesquisadas, todas têm algum critério relacionado ao aspecto do limite histórico. A Fundação Biblioteca Nacional<sup>1</sup> (FBN) apresenta os critérios de primeiras impressões (séculos XV e XVI), impressões dos séculos XVII e XVIII e livros publicados no Brasil no século XIX; as bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC)<sup>2</sup> apresentam em seus critérios impressões dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII (1400-1799), primeiras edições até o final do século XIX (1800-1899) e primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos.

---

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública:** princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. p. 64-65.

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Política de desenvolvimento do acervo para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará.** Fortaleza, 2004. Disponível em: <<<http://www.biblioteca-servicos.ufc.br/PDFS/PoliteDesenvolvimentodoAcervo.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

Já a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva<sup>1</sup>, do Supremo Tribunal de Justiça (STF), valendo-se de nomenclaturas um pouco divergentes das usadas pelas demais, e por ser uma biblioteca jurídica, elenca os critérios quanto à idade (inclui todas as obras de direito publicadas no Brasil ou no exterior até o ano de 1910) e os primeiros fascículos de periódicos jurídicos (nacionais ou estrangeiros) muito utilizados que já vêm sendo publicados há muitos anos.

Em Porto Alegre, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>2</sup> elenca, quanto ao limite histórico, as obras impressas na Europa até o século XVIII e impressos no Brasil até 1841. Ainda no Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul (UCS)<sup>3</sup> apresenta com relação aos critérios citados, livros impressos fora do Brasil até 1800 e impressos no Brasil até 1860.

No Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>4</sup> é a instituição que apresenta mais critérios relacionados ao limite histórico, que são as impressões dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, obras editadas no Brasil até 1900, primeiras edições até o final do século XIX, periódicos estrangeiros dos séculos XV ao XIX e primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos. A Universidade Federal Fluminense (UFF)<sup>5</sup> elenca obras impressas até o século XVIII e obras brasileiras do século XIX.

---

<sup>1</sup> MENESES, Raquel da Veiga Araújo de; SILVA, Leila Aparecida Arantes. **A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Supremo Tribunal de Justiça**. Disponível em: <<[http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/32378/Cole%C3%A7%C3%A3o\\_obras\\_raras\\_biblioteca.pdf?sequence=1](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/32378/Cole%C3%A7%C3%A3o_obras_raras_biblioteca.pdf?sequence=1)>> Acesso em: 12 nov. 2011.

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Departamento de obras raras**. Porto Alegre: UFRGS, [20--]. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/dor.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras?: critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.1, p. 115-121, jan./abr.2006. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Manual de conservação de acervos bibliográficos da UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: <<[http://www.sibi.ufrj.br/catalogo\\_raras.html](http://www.sibi.ufrj.br/catalogo_raras.html)>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

<sup>5</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. **Documentos raros e/ou valiosos**: critérios de seleção e conservação. Niterói, 1987.

Ainda no Rio de Janeiro, a Biblioteca de Manguinhos<sup>1</sup> elenca as obras publicadas até o século XVIII e as publicadas no Brasil no século XIX (período-marco, com a instalação da tipografia no Brasil em 1808).

Para a Biblioteca Mário de Andrade<sup>2</sup>, em São Paulo, o único critério relacionado ao limite histórico é o de livros editados antes de 1801, qualquer que seja o local de publicação. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)<sup>3</sup>, também em São Paulo, apresenta materiais impressos na Europa até 1720, na América Latina até 1835 e no Brasil até 1841.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>4</sup> inclui obras do século XV (início da história da imprensa) até 1841 (produção industrial de livros), que caracterizam as primeiras produções tipográficas de uma localidade, obras que caracterizam uma fase histórica, demarcada em função do conjunto bibliográfico e/ou do interesse do colecionador; materiais produzidos no Brasil ou no exterior datadas até o século XIX, obras da Imprensa Régia e materiais de autores e editores mineiros, quando relevantes, além de obras importantes sobre o estado de Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, Jeorgina Gentil. O espelho do tempo: uma viagem pelas estantes do acervo de obras raras da Biblioteca de Manguinhos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.12, n.3, p. 180-194, set./dez. 2007. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a13v12n3.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

<sup>2</sup> SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins**, v. 2, n. 3, p.1-18, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/revbfe/v2n3jun2001/art01.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>3</sup> GARRIDO, Rafael. Unicamp terá a primeira biblioteca de obras raras no Brasil. **Inovação em pauta**, abr./maio/jun. 2011. Disponível em: <<[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/divulgacao/inovacao\\_em\\_pauta\\_11\\_historia.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/divulgacao/inovacao_em_pauta_11_historia.pdf)>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Sistema de Bibliotecas. **Critérios adotados para seleção de obras raras**<sup>1</sup>: critérios de raridade da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária. Disponível em: <<[http://www.bu.ufmg.br/boletim/obrasraras/criterios\\_raridade\\_divisao\\_colecoes\\_especiais.pdf](http://www.bu.ufmg.br/boletim/obrasraras/criterios_raridade_divisao_colecoes_especiais.pdf)>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

Finalizando este aspecto, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>1</sup> utiliza os critérios de todos os impressos do século XV, XVI, XVII e XVIII; todos os impressos do século XIX, até a década de 1890 (só primeiras edições caso as obras não sejam brasileiras) e todos os impressos que assinalam o início da produção em determinado local (incunábulo locais).

Pinheiro (1989) lembra que o limite histórico é demarcado pelas principais datas da produção artesanal do livro, do século XV até antes de 1801 e, no Brasil especificamente, do século XIX, quando foram realizadas as primeiras impressões, devido à criação da Imprensa Régia. Indica também que o limite histórico pode ser definido considerando o “período que caracteriza a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar”.

Tabela 1 – Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionados ao limite histórico)

Ocorrências	Critério
9	- Todos os impressos dos séculos XV a XVIII.
4	- Obras publicadas no Brasil no século XIX.
4	- Todas as primeiras edições impressas até o final do século XIX.
2	- Impressos no Brasil até 1841.
2	- Primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos.
2	- Obras que caracterizam as primeiras produções tipográficas de uma localidade.
2	- Periódicos estrangeiros dos séculos XV a XIX (1400-1899)

Fonte: Dados tabulados pela autora.

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Critérios para seleção de obras raras.** Disponível em: <<<http://www.bu.ufsc.br/design/CriteriosSelecaoObrasRaras.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.



Figura 1 – Critério de maior recorrência entre as instituições pesquisadas, relacionado ao limite histórico

Legenda:

- 1 - Todos os impressos dos séculos XV a XVIII.
- 2 - Obras publicadas no Brasil no século XIX.
- 3 - Todas as primeiras edições impressas até o final do século XIX.
- 4 - Impressos no Brasil até 1841.
- 5 - Primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos.
- 6 - Obras que caracterizam as primeiras produções tipográficas de uma localidade.
- 7 - Periódicos estrangeiros dos séculos XV a XIX (1400-1899)

Os aspectos bibliológicos consistem em observar os materiais utilizados na confecção do suporte da impressão, como o tipo de papel, emprego de pedras ou materiais preciosos na encadernação, ilustrações produzidas artesanalmente etc.

**2 aspectos bibliológicos** dos volumes produzidos artesanalmente, independente da época de publicação: 2.1 beleza tipográfica – obras graficamente artísticas; 2.2 natureza e características dos materiais utilizados como suporte na impressão, tais como: papel de linho, pergaminho, marcas d'água, tintas, encadernações originais luxuosas, edições de luxo; 2.3 ilustrações, desde que reproduzidas por métodos artesanais, não mecânicos, tais como: xilogravura, água forte, aquarela, etc. (PINHEIRO, 1989, p.30).

O critério acima é menos comum entre as instituições pesquisadas. Em 9 (nove) das 12 (doze) analisadas aparecem as edições de luxo como critério de raridade: FBN, UFC, UFRGS, UCS, UFRJ, UFMG, UFSC, UNICAMP e Biblioteca

Mário de Andrade.

UNICAMP, UFRJ, UFRGS, UCS e FBN apresentam as edições luxuosas como único critério; na Biblioteca Mário de Andrade, aparecem edições com tiragens limitadas e ilustrações originais e os livros publicados em formatos pouco usuais, especialmente aqueles com menos de 10 cm de altura. A UFF apresenta somente o critério de obras ilustradas por artistas de renome ou pelos próprios autores; a UFSC elenca obras graficamente artísticas publicadas até 1930 e edições de formato não convencional publicadas até 1970 em tiragem de escala comercial. A Biblioteca de Manguinhos inclui livros com estampas originais (artistas de renome ou dos próprios autores); a UFMG, além das edições de luxo, elenca a qualidade tipográfica (natureza e característica dos materiais utilizados como suporte – papel de trapos, de linho, pergaminho, papiro) e outras características técnicas, como ilustrações originais e/ou reproduzidas artesanalmente. A biblioteca do STF não apresenta critérios relativos aos aspectos bibliológicos.

Tabela 2 - Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionados aos aspectos bibliológicos)

Ocorrências	Critério
9	- Edições de luxo.
2	- Edições de formatos não convencionais.
2	- Edições ilustradas por artistas de renome.
2	- Livros artísticos com tiragem limitada.

Fonte: Dados tabulados pela autora.



Figura 2 – Critério de maior recorrência entre as instituições pesquisadas, relacionado aos aspectos bibliológicos

Legenda:

- 1 - Edições de luxo.
- 2 - Edições de formatos não convencionais.
- 3 - Edições ilustradas por artistas de renome.
- 4 - Livros artísticos com tiragem limitada.

O valor cultural é o mais usual, com maior ocorrência entre as instituições estudadas, observando as publicações personalizadas, censuradas, expurgadas, primeiras edições, publicações em pequenas tiragens etc.

**3 valor cultural.** 3.1 edições limitadas e esgotadas, especiais e fac-similares, personalizadas e numeradas, críticas, definitivas e diplomáticas; 3;2 os assuntos tratados a luz da época em que foram pensados e escritos: - obras científicas que datam do período inicial de ascensão daquela ciência; - histórias de descobrimentos e de colonização; - teses; - obras impressas em circunstâncias pouco convenientes a esta arte, tais como guerra, seca, fome.; - memórias históricas de famílias nobres e usos e costumes; - edições censuradas, interditas e expurgadas; - obras “desaparecidas”, face às contingências do tempo e da sorte; - edições contrafeitas e emissões; - edições príncipes, primitivas e originais; - edições populares, especialmente romances e folhetos literários, panfletos, papéis impressos, folhas volantes, etc.; 3;3 edições de artífices renomados e/ou considerados na história das artes que representam, tais como tipógrafos, impressores, editores, desenhistas, pintores, gravadores, etc.; 3.4 edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas. (PINHEIRO, 1989, p.30-31).

Nove das instituições pesquisadas possuem o critério de edições clandestinas e de edições esgotadas. A FBN, além das edições clandestinas, esgotadas e não reeditadas, apresenta ainda critérios como exemplares numerados, edições limitadas e/ou dirigidas, de tiragens reduzidas, fora do comércio, primeiras edições normalmente já extintas e livros de época com capas assinadas.

A UFC inclui diversos critérios na categoria citada. Obras clandestinas e esgotadas; obras editadas no Brasil até 1900, sobre o Brasil ou por autores brasileiros (a chamada Coleção Brasileira); livros de literatura de viagem editados até 1901 no exterior; obras de autores renomados e de escritores modernistas ou de vanguarda editadas após 1901 em primeira edição; edições com tiragens reduzidas, de aproximadamente 300 exemplares; obras especiais e fac-similares; obras personalizadas e numeradas; críticas; obras definitivas e diplomáticas, obras científicas e históricas que datem do período inicial da ascensão de cada ciência; edições censuradas, obras desaparecidas face à contingência do tempo; edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos); edições de artistas renomados; clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas; teses defendidas até o final do século XIX (1800-1899); periódicos estrangeiros dos séculos XV a XIX (1400 – 1899); primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos e teses defendidas na UFC; coleções qualificadas como especiais.

A biblioteca do STJ é bem específica nos seus critérios, que são o assunto, já que a obra deve ser da área jurídica ou correlata (muito próxima); as primeiras edições de livros jurídicos muito utilizados atualmente e de juristas famosos; obras jurídicas importantes com dedicatória do autor; primeiro fascículo de periódicos jurídicos nacionais e estrangeiros muito utilizados; livros de época da área jurídica com capas assinadas; e exemplares, também da área jurídica, assinados/rubricados pelo autor (desde que seja de renome).

A UFRGS apresenta edições de tiragem reduzida, exemplares de coleções especiais, edições clandestinas e obras esgotadas referentes ao critério de valor cultural. A UCS já elenca critérios mais específicos: além das edições clandestinas e esgotadas (que são os critérios de maior ocorrência entre as instituições pesquisadas), aparecem os livros impressos na região colonial italiana no Rio Grande do Sul até 1914; edições de tiragens reduzidas e/ou limitadas até 300 exemplares; edições especiais; personalizadas; censuradas; exemplares que

comprovadamente pertenceram a personalidades importantes; e trabalhos monográficos originais elaborados por personalidades importantes ou por antigos proprietários dos fundos da Seção de coleções especiais da Biblioteca Central.

A UFRJ lista como critério de valor cultural edições clandestinas; de tiragens reduzidas com aproximadamente 300 exemplares; obras esgotadas, especiais e fac-similares; obras personalizadas e numeradas; obras críticas, definitivas e diplomáticas; de autores de projeção política, científica, literária e religiosa; edições censuradas; obras científicas e históricas que datam do período inicial da ascensão de cada ciência; obras desaparecidas face à contingência do tempo; edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos); edições de artífices renomados, clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas; e teses defendidas até o final do século XIX.

A UFF elenca as primeiras edições; edições preliminares; texto definitivo; críticas; especiais; traduções; obras clandestinas, apreendidas, suspensas ou recolhidas; obras repudiadas pelo autor; obras premiadas; obras esgotadas; fac-similares; clássicos em todos os ramos da literatura humana; obras consagradas no ensino da universidade; e obras de editoras e autores fluminenses.

A biblioteca Mário de Andrade elenca livros editados até 1901, no Brasil, sobre o Brasil ou por autores brasileiros (da chamada Coleção Brasileira<sup>1</sup>), de literatura de viagem editados no exterior e primeiras edições de obras importantes; a partir de 1901, em primeira edição, quando forem de editores renomados e de escritores modernistas ou de vanguarda; livros publicados fora do comércio, por órgãos governamentais ou devido às leis de incentivo fiscal, desde que tenham algum interesse histórico, artístico ou literário; livros raros reimpressos de forma fac-similar; livros recentes, dos quais só existam poucas cópias conhecidas, por qualquer motivo (destruição de exemplares por desastre, acidente, perseguição moral ou política etc).

A Biblioteca de Manginhos elenca trabalhos que sejam marcos do progresso da ciência da história científica do Brasil, obras esgotadas, livros de valor científico editados até o final do século XIX, edições clandestinas e edições especiais. Para a

---

<sup>1</sup> De acordo com Martins (2002), são as publicações de autores estrangeiros impressas no exterior, sobre o Brasil, do início do século XVI até fins do século XIX, e as publicações de autores brasileiros impressas no estrangeiro, até 1808, época em que se iniciam as impressões no Brasil.

UNICAMP, os critérios são originais, obras esgotadas, primeiras edições de autores literários renomados e edições especiais, reduzidas, clandestinas, distribuídas pelo autor, privativas etc.

A UFSC e a UFMG possuem uma grande diversidade nesse critério. Na UFSC, aparecem as primeiras edições brasileiras até 1930; segundas edições impressas no Brasil até 1900; edições de tiragem limitada (no máximo 1000 exemplares); edições personalizadas, numeradas, diplomáticas, censuradas, comemorativas, apreendidas, suspensas ou recolhidas; obras impressas em circunstâncias desfavoráveis (guerras, seca, fome etc.); cartas pessoais; esboços artísticos e arquitetônicos; diários; discursos políticos; jornais manuscritos; ofícios; relatos e despachos; impressões de viagens; partituras musicais; produções literárias, telegramas e demais documentos afins. A UFMG apresenta as edições príncipes, primitivas e originais, limitadas, esgotadas, comemorativas, críticas, clássicas, especiais (geralmente restritas, de tiragem limitada, suporte especial e numerados e/ou autografados pelo autor, tradutor, ilustrador, personalidade, instituição entre outros); edições de artistas renomados, populares (que caracterizam uma cultura, podendo ser romances, folhetos literários, panfletos, folhas soltas); obras científicas que datam do período inicial de determinada ciência; obras impressas em períodos adversos (guerra, seca etc); obras sobre a história de descobrimentos e colonização; obras apreendidas, suspensas ou recolhidas, repudiadas pelo autor, clandestinas, desaparecidas, premiadas, esgotadas e não reeditadas; traduções e fac-símiles de obra consagrada ou única existente.

Existe ainda a ênfase na memória institucional, critério esse que abre uma gama de possibilidades de inclusão de materiais atípicos em uma coleção rara, quando analisada em nível nacional, como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina, que, além dos demais critérios, elenca os baseados na constituição da memória da instituição, incluindo documentação referente à fundação da instituição; objetos pessoais dos fundadores; manuscritos importantes dos fundadores ou de professores de projeção; discursos manuscritos da posse de reitores; selos comemorativos, cartões postais e fotografias relacionadas à UFSC. Na Universidade Federal de Minas Gerais, esses critérios são ainda mais amplos: incluem obras relevantes sobre o estado de Minas Gerais e suas cidades; editoras mineiras que ofereçam enfoque de importância ou relevância; e autores mineiros representativos em seus campos de atuação. Além desses, ainda apresenta o

critério de memória institucional, que engloba mapas; plantas; maquetes; planos de estudo; relatórios técnicos relacionados à história da instituição; materiais iconográficos; cartazes de exposição; selos comemorativos; troféus diversos; placas comemorativas; diplomas e certificados; bustos; móveis; louças; lustres; objetos de adorno; instrumentos científicos e de trabalho; entre outros materiais ligados à história e à memória da UFMG.

Tabela 3 – Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionados ao valor cultural)

Ocorrências	Critério
10	- Edições esgotadas.
9	- Edições clandestinas.
7	- Edições com tiragem limitada.
6	- Edições especiais.
5	- Primeiras edições.
5	- Edições personalizadas.
5	- Edições censuradas.
4	- Edições de clássicos, assim considerados nas literaturas específicas.
3	- Edições de artistas renomados.
3	- Edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos, etc).
3	- Obras apreendidas, suspensas ou recolhidas.
3	- Obras científicas e históricas que datam do período inicial da ascensão de cada ciência.

Fonte: Dados tabulados pela autora.



Figura 3 – Critério de maior recorrência entre as instituições pesquisadas, relacionados ao valor cultural

Legenda:

- 1 - Edições esgotadas.
- 2 - Edições clandestinas.
- 3 - Edições com tiragem limitada.
- 4 - Edições especiais.
- 5 - Primeiras edições.
- 6 - Edições personalizadas.
- 7 - Edições censuradas.
- 8 - Edições de clássicos, assim considerados nas literaturas específicas.
- 9 - Edições de artistas renomados.
- 10 - Edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos, etc).
- 11 - Obras apreendidas, suspensas ou recolhidas.
- 12 - Obras científicas e históricas que datam do período inicial da ascensão de cada ciência.

A pesquisa bibliográfica consiste na utilização de dicionários e enciclopédias bibliográficas especializadas nesse tipo de publicação, os quais apontam peculiaridades das obras, como preciosidade e raridade.

**4 pesquisa bibliográfica** 4.1 nas fontes de informação bibliográficas, que vão apontar os seguintes caracteres da obra/exemplar: a) unicidade e rareza, sob o ponto de vista de bibliógrafos, bibliófilos e de especialistas no assunto da obra – há que se considerar aqui, apenas, a classificação de uma obra/exemplar com o epíteto de única, como rara; e não com o de “única conhecida”; esta característica deve estar bem fundamentada em bibliografias de mérito reconhecido; b) preciosidade e celebridade, referindo-se àquelas obras mais

procuradas por bibliófilos – por quaisquer razões – e/ou mais estudadas por eruditos; c) curiosidade – referindo-se àquelas obras em que o assunto foi tratado de maneira “*sui generis*” ou de apresentação tipográfica incomum; 4.2 nas fontes de informação comerciais, que vão avaliar, em espécie, cada unidade bibliográfica – o preço passa a ser indicador de “raridade”. (PINHEIRO, 1989, p.31-32).

Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca de Manguinhos, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Biblioteca Mário de Andrade não apresentam critérios relacionados à pesquisa bibliográfica. O STJ elenca obras na área jurídica que apareçam em fontes de informação como sendo raras; a UFRGS apresenta os exemplares de bibliófilos, e a UCS, as obras citadas em fontes bibliográficas fidedignas.

A UFMG elenca os critérios de unicidade, sob o ponto de vista de especialistas, bibliófilos dentre outros, preciosidade (obras de alto valor monetário devido aos materiais utilizados em sua confecção), celebridade (obras mais procuradas por bibliófilos por suas características intrínsecas e extrínsecas) e curiosidade (obras cujo assunto foi tratado de modo *sui generis* ou apresentação gráfica incomum).

Tabela 4 – Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionados a pesquisa bibliográfica)

Ocorrências	Critério
1	- Exemplares de bibliófilos.
1	- Obras da área jurídica que apareçam em fontes de informação como sendo raras.
1	- Obras citadas em fontes fidedignas.
1	- Unicidade (sob o ponto de vista de especialistas).
1	- Preciosidade (obras de alto valor monetário).
1	- Celebridade (obras mais procuradas por bibliófilos).
1	- Curiosidade (obras cujo assunto foi tratado de modo incomum).

Fonte: Dados tabulados pela autora.

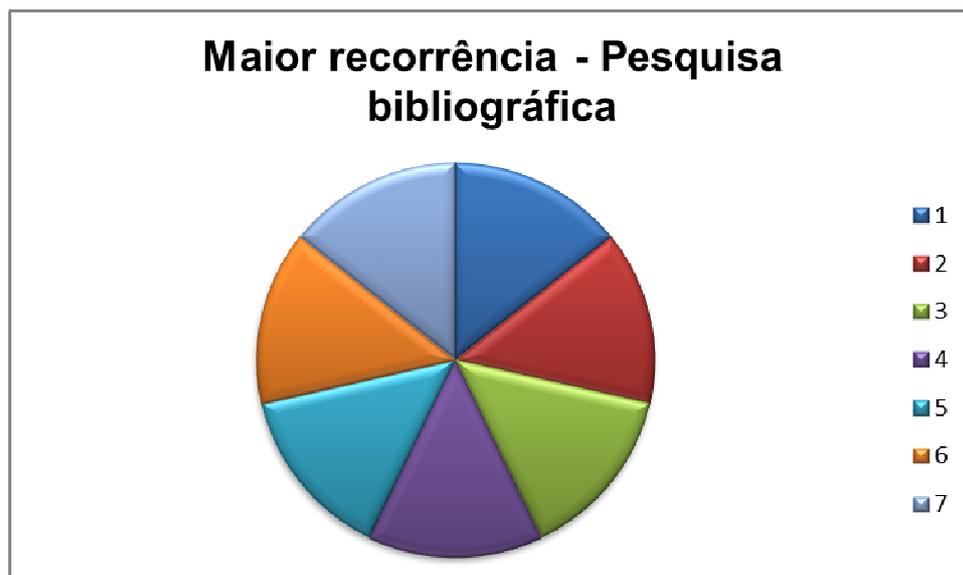


Figura 4 – Critério de maior recorrência entre as instituições pesquisadas, relacionados à pesquisa bibliográfica

Legenda:

- 1 - Exemplares de bibliófilos.
- 2 - Obras da área jurídica que apareçam em fontes de informação como sendo raras.
- 3 - Obras citadas em fontes fidedignas.
- 4 - Unicidade (sob o ponto de vista de especialistas).
- 5 - Preciosidade (obras de alto valor monetário).
- 6 - Celebridade (obras mais procuradas por bibliófilos).
- 7 - Curiosidade (obras cujos assunto foi tratado de modo incomum).

As características do exemplar implicam observar as particularidades de cada um, como autógrafos e dedicatórias de pessoas importantes, como o próprio autor, marcas de propriedade, carimbos, entre outros. Conforme Pinheiro (1989), nesta categoria encaixam-se aqueles elementos incluídos no exemplar depois de sua publicação.

**5 características do exemplar** – referindo-se aqueles elementos acrescentados a unidades bibliográficas em período posterior a sua publicação: 5.1 marcas de propriedade: ex-libris<sup>1</sup>, super-libris<sup>2</sup>, assinaturas, indicando que aquele exemplar pertenceu a um conjunto bibliográfico de personalidade famosa e/ou importante, marcas de fogo; 5.2 marcas de artífices/comerciantes renomados e/ou considerados no mercado livresco, tais como encadernadores, restauradores, livreiros, etc.; 5.3 dedicatórias de/a personalidades famosas e/ou importantes. (PINHEIRO, 1989, p.32).

<sup>1</sup>Vinheta gravada ou impressa, contendo o nome ou divisa do proprietário da obra, que aparece colado no verso ou reverso da capa de livros de sua biblioteca. (PINHEIRO, 1995, p.168)

<sup>2</sup>Marca de propriedade fixada ou gravada na encadernação; comumente logomarcas, escudos ou brasões que identificam o colecionador.

São diversos os critérios relacionados às características do exemplar, entre eles aparecem, na FBN, exemplares assinados/rubricados pelo autor, obras pertencentes a bibliotecas de personagens importantes/célebres, com anotações manuscritas de importância (inclusive dedicatórias). A UFC traz exemplares com anotações manuscritas; o STF elenca obras jurídicas famosas com dedicatórias do autor.

Na UFRGS, os critérios relacionados são exemplares com anotações manuscritas importantes ou autografados por pessoas de reconhecida projeção. A UCS também elenca exemplares com anotações manuscritas importantes. A UFRJ traz obras autografadas por autores renomados, com anotações manuscritas de importância, incluindo dedicatórias.

A UFSC elege exemplares com marcas de propriedade (*ex-libris*, *super-libris*, marcas de fogo etc.) de possuidores renomados; com marca de livreiros, encadernadores, restauradores, etc., renomados ou considerados no mercado livreiro; com anotações manuscritas importantes; autografados por pessoas renomadas; e edições com erros tipográficos ao ponto de interferir na contextualização (pastel tipográfico).

A Biblioteca de Manguinhos inclui exemplares com dedicatória manuscrita dos autores ou personalidades de renome, exemplares autografados pelo autor ou com marca de propriedade. A UNICAMP tem como critérios exemplares especiais, com marcas de propriedade, anotações manuscritas e/ou dedicatórias de pessoas célebres.

A UFMG tem dedicatória manuscrita dos autores e/ou personalidade, marcas de uso (anotações no exemplar feita pelo autor ou colecionador), marcas de posse (assinaturas, *ex-libris*, *super-libris*, carimbos, brasões entre outros), marcas de artífices renomados e obras que pertençam a um conjunto bibliográfico de personalidade ilustre.

Tabela 5 – Critérios recorrentes entre as instituições pesquisadas (relacionados às características do exemplar)

Ocorrências	Critério
8	- Exemplares com anotações manuscritas de importância, inclusive dedicatórias.
7	- Exemplares assinados/rubricados/autografados pelo autor ou por pessoas de renome.
4	- Exemplares com marca de propriedade (ex-libris, super-libris, marcas de fogo etc).
3	- Exemplares de coleções especiais (com belas encadernações e ex-libris)
2	- Obras pertencentes a bibliotecas de personagens importantes/célebres.
2	- Marcas de artífices renomados e/ou considerados no mercado editorial (encadernadores, restauradores etc).

Fonte: Dados tabulados pela autora.



Figura 5 – Critério de maior recorrência entre as instituições pesquisadas, relacionado às características do exemplar

Legenda:

- 1 - Exemplares com anotações manuscritas, inclusive dedicatórias.
- 2 - Exemplares autografados por pessoas de renome.
- 3 - Exemplares com marca de propriedade.
- 4 - Exemplares de coleções especiais (com belas encadernações e ex-libris).
- 5 - Obras pertencentes a bibliotecas de personagens importantes/célebres.
- 6 - Marcas de artífices renomados e/ou considerados no mercado editorial (encadernadores, restauradores etc).

De maneira geral, pode-se observar que os critérios de raridade utilizados nas instituições estudadas giram em torno dos critérios estabelecidos pela Biblioteca Nacional / PLANOR, com pequenas variações, no intuito de atender realidades

regionais, detalhadas. As bibliotecas especializadas, por exemplo, acrescentam aos critérios tradicionais os seus assuntos de interesse, como é o caso da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do Supremo Tribunal de Justiça, que enfatiza em todos os seus critérios que o material ou a obra sejam de área jurídica; da Biblioteca de Manguinhos, que preocupa-se com as obras que tenham valor científico, e a Universidade de Caxias do Sul, que valoriza os livros impressos na região colonial italiana no Rio Grande do Sul até 1914.

Pinheiro (1989, p.29) conclui que “a melhor das metodologias é aquela desenvolvida pela mesma Instituição que guarda o acervo, por seus responsáveis, especialistas e usuários”.

Após a leitura de vários textos, seguindo as orientações de Pinheiro (1989), e maiores esclarecimentos sobre critérios de qualificação de livros raros, e também depois de ter feito uma avaliação do material encontrado na “Sala de obras raras”, elaborei, de acordo com a situação, critérios a serem usados para a qualificação de livros raros a serem adotados pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas. (Apêndice B)

## **2 Biblioteca: lugar de preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural**

“Memória” nos remete a outro termo, “passado”. Isso confirma a ideia de que tudo que é memória o é por estar ligado a algo já ocorrido. A memória se distingue do presente e ao mesmo tempo o complementa; ela é um dos caminhos para conhecer o acontecido, levando em conta que através das lembranças recuperamos o que já passou, distinguimos o ontem do hoje, confirmando a existência de um passado. De acordo com Le Goff,

Como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada. (LE GOFF, 2003, p. 419)

Essa confirmação nos dá um sentido de identidade, já que saber o que fomos confirma o que atualmente somos, e isso nos dá uma noção de continuidade.

Como observa Ortega y Gasset,

Antes do livro manuscrito não havia, de fato, outra forma em que se pudesse conservar e acumular o saber pretérito – do passado de si mesmo ou de outrem -, a não ser a memória... A memória, porém, é intransferível, é adscrita à pessoa. Eis um dos fundamentos mais vigorosos para a autoridade dos anciãos: eram os que sabiam mais porque tinham maior memória, eram mais “livros vivos” do que os jovens, livros por assim dizer, com mais páginas. A invenção da escrita, porém, ao criar o livro libertou da memória o saber e acabou com a autoridade dos anciãos. O livro, ao objetivar a memória, materializando-a, torna-a em princípio, ilimitada e coloca dizeres dos séculos à disposição de todo o mundo. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.53)

Podemos dizer, então, que memória é a capacidade do homem de atualizar informações do que se passou. Além de ser individual, também pode ser um fenômeno coletivo e social. Ela é uma composição, porque o que guardamos são lembranças soltas, vagas; assim, quando nos dispomos a recuperar os fatos acontecidos a partir da memória, recorreremos a essas lembranças e, aos poucos, através delas, vamos reconstruindo o passado. Ela tem como base a construção de referenciais de diferentes grupos sociais sobre passado e presente, a partir das tradições e ligados a mudanças culturais. Conforme Nora,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p.9)

A destruição do patrimônio cultural resulta na destruição da memória, o que, por sua vez, resulta em sérios problemas para a identidade do grupo afetado. Isso acontece devido ao fato de que a memória constitui o sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, visto que ela é um fator extremamente importante de continuidade e de coerência de pessoas ou grupos na reconstrução de si.

As memórias individuais sustentam-se na memória coletiva e histórica, abrangendo elementos mais vastos do que a memória constituída pelo indivíduo e seu grupo. A linguagem é um dos elementos de maior relevância para a afirmação do caráter social da memória. Bosi (2004) afirma que a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois abrevia e agrega, no mesmo espaço, vivências tão divergentes como o sonho, as lembranças e as experiências recentes.

Os estudos feitos por Halbwachs (2006) foram úteis para compreendermos os quadros sociais componentes da memória. Para ele, a memória mais individual remete a um grupo, pois o indivíduo carrega em si a lembrança, mas não deixa de

estar sempre interagindo com a sociedade.

A memória coletiva tem uma importante função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado afim, que compartilha memórias, pois garante o sentimento de identidade do indivíduo, baseado numa memória compartilhada não só no campo histórico, mas também no simbólico. Ela sofreu grandes transformações ao longo dos tempos, devido à contribuição da história enquanto disciplina. Assim, a incorporação das ciências sociais desempenhou um papel importante, construindo a interdisciplinaridade entre história e memória.

A memória coletiva é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado... A história deve esclarecer a memória e ajuda-la a retificar os seus erros. (LE GOFF, 2003, p.29)

O entendimento da memória como fonte viva da história resulta das transformações historiográficas que acontecem constantemente.

Como lembra Le Goff em trechos de sua obra, foram os gregos antigos que fizeram da memória uma deusa, de nome *Mnemosine*. A divindade lembrava aos homens a recordação de heróis e dos seus grandes feitos. De acordo com essa construção mítica, a história é filha da memória.

Já Nora (1993) segue um percurso de separação entre história e memória. Para ele, a história está presente onde não há mais as “sociedades-memória”, com a manifestação da tradição se dando no presente vivido. Segundo ele, os lugares de memória são espaços em que ela se cristaliza e se refugia: arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte, entre outros. São lugares de memória porque não vivemos mais o que eles comunicam, e porque a história se apropria deles como sua matéria-prima.

Le Goff (2001, p.95) afirma que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada”, feita por agentes que detêm o poder de proclamação ou por aqueles que se dedicam à ciência do passado, os historiadores.

Observa-se que os historiadores se interessam pela memória levando em consideração dois pontos de vista: um como fonte histórica, e outro, como

fenômeno histórico. No primeiro aspecto, deve-se estudar a memória como fonte para a história, na análise de documentos. Já no segundo aspecto, o historiador deve estar interessado na história social do lembrar, levando em conta que a memória social é seletiva, então, faz-se necessária a identificação dos princípios de seleção e observação, de como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como se transformam ao longo do tempo.

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p.471)

O dever da memória faz de cada ser historiador de si mesmo. Assim, não apenas os antigos são obcecados para recuperar seu passado enterrado, nem todos os corpos, intelectuais ou não, sábios ou não, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens.

## **2.1 Biblioteca como lugar de memória**

As bibliotecas são passíveis de serem denominadas como lugares de memória e de preservação do patrimônio documental, pois conforme Chartier (2002, p.30), elas são classificadas “como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita.” De acordo com Le Goff,

História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história”. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos,

comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória'. (LE GOFF, 2003, p. 467)

Baratin (2006, p.47) explica que podemos definir as bibliotecas como um lugar de memória e de preservação do patrimônio documental, considerando-a “como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita”. Elas são um bom exemplo de lugar de memória, em razão da sua capacidade de expressar a lembrança de determinados grupos, pois a contém em seus inúmeros suportes, que por si só, nada significam. São lugares de recordação e espaço de armazenamento de materiais produzidos em tempos e localidades diversos e que desempenham, mesmo com todo o avanço tecnológico, o papel de guardiães do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens do passado, mas, de através dele, possibilitar o acesso ao passado. A biblioteca é mais do que somente um espaço arquitetônico, conforme Baratin (2006, p.9), “é um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira”.

[...] a razão para lançarmos um olhar sobre a história das bibliotecas e de suas coleções liga-se à dificuldade que teríamos para compreender e transformar o mundo onde habitamos sem os elementos materiais e imateriais que nelas se preservam. Elas são a memória do mundo: todos os conhecimentos humanos em um só lugar. Isto é, aquilo que o conhecimento significa para o homem é o que a biblioteca pretende conservar. (SILVEIRA, 2010, p.79)

A memória é imaterial, pois se trata de um atributo da consciência social, então, seus suportes são mediadores e instrumentos para ação dos agentes políticos.

Nora (1993) fala do lugar da memória no coração das identidades, isto é, ela diz respeito à identidade, ao pertencimento, ao fluir da vida social. Para ele, podemos designar as bibliotecas como lugares de memória porque elas incluem nos seus acervos documentos que representam a cultura erudita e popular, e tais

documentos são importantes fontes de pesquisa histórica e de referências para o mapeamento das memórias coletivas. Seguindo o pensamento de Nora (1993), “é necessário criar e conservar arquivos, assim como comemorar aniversários, preservar monumentos, santuários e demais lugares onde se ancora e se exprime a memória coletiva”.

Os lugares de memória, para Nora, não são apenas físicos, mas também mentais, espaços imaginários, onde habitam coisas e não seres. Tais lugares permitem uma visão, ou melhor, uma revisão, pois devido ao que neles está contido, torna-se possível apreciar o que é lembrado ou esquecido, relacionado ao passado.

Os documentos armazenados em arquivos, bibliotecas e museus contribuem para o resgate e a produção de memórias perdidas em papéis muitas vezes sem conservação.

O sonho de se ter uma biblioteca que reúna todo o conhecimento existente, um espaço de salvaguarda dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades atravessou a história da civilização, desde a Antiguidade, passando pelo projeto de Mallarmé, que há um século pensava criar um livro integral, infinito, síntese de todos os livros passados e por vir. (PARENTE, 1999, p.68). Tal sonho se repete com o passar dos anos, e surge hoje nos textos eletrônicos armazenados em meio digital, que permitem acesso à distância e em tempo real. Tal evolução tecnológica, atravessando o tempo, criou condições para o aumento do volume de produção e, com isso, a necessidade de manejo cada vez mais especializado da informação.

A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (depois de tentativas sobre osso, estofa, pele, como na Rússia Antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga, como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel). (LE GOFF, 2003, p.428)

Relacionando aos lugares, as memórias individuais e coletivas têm neles uma menção importante para a sua constituição, mesmo que não seja condição para a sua preservação. Os lugares têm uma grande valor na referência da memória dos indivíduos, pois é notável que, quando existem mudanças nos lugares, percebem-se também importantes mudanças na vida e na memória dos grupos.

## 2.2 As bibliotecas e seus suportes de memória

Dentro de uma visão tradicional, a função básica da biblioteca é de preservar, organizar e disseminar conhecimentos. Essa função tem se mantido ao longo dos anos. Entretanto, o mesmo não acontece com sua função social, seus objetivos e serviços. Por não ser uma entidade independente, a expectativa quanto à natureza desses objetivos é determinada por uma série de fatores que dependem do contexto em que elas atuam.

Livros, somente livros, não explicam a difusão de idéias revolucionárias, mas explicam muitos outros acontecimentos. Se quisermos estudar a história das idéias, a divulgação das técnicas, toda a evolução cultural brasileira, enfim, é indispensável estudar a história do livro e das bibliotecas. (MORAES, 2006, p. 185).

Conhecer a origem das bibliotecas sugere a abordagem da produção e dos registros de conhecimentos, pois, desde a sua origem, na Antiguidade Clássica, a biblioteca é um espaço de salvaguarda dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades.

Como Alexandria já o significava claramente, o domínio da memória escrita e a acumulação dos livros não deixam de ter significações políticas. Eles são signo e instrumento de poder. Poder espiritual da igreja. Poder temporal dos monarcas, dos príncipes, da aristocracia, da nação e da república. Poder econômico de quem dispõe dos recursos necessários para comprar livros, impressos ou manuscritos, em grande quantidade. Poder, enfim, intelectual e sobre os intelectuais, tanto é verdade que o domínio dos livros tem como corolário o direito de autorizar ou de proibir sua comunicação, ampliá-la ou restringí-la. (BARATIN, 2006, p.14).

A história das bibliotecas e a natural evolução da informação equivalem à própria evolução do conhecimento humano através dos tempos. Fazendo um retrospecto, notamos, por exemplo, que o século XVIII representa um marco na história do conhecimento humano, pois é nele que se concretiza a chamada Enciclopédia da Modernidade, cuja possibilidade de ser atualizada parece

inovadora, e cujo objetivo seria o de captar o máximo do conhecimento vigente, para abri-lo ao leitor.

Se nós examinarmos a evolução, o progresso do mundo, notaremos que só nos países mais adiantados se dá valor às coisas sem utilidade apreciável. É com o progresso material, com a riqueza, que surge a cultura, o amor e o respeito pelas coisas tidas como inúteis. É nos países adiantados que se encontram as mais belas bibliotecas, os museus, as coleções particulares de arte. Não quero dizer com isso que só nesses países há gente capaz de apreciar devidamente essas coisas, mas quero notar que esse fato é um índice de progresso. Não é somente a produção per capita que indica o adiantamento de uma região. Quando se estuda a história das grandes bibliotecas do mundo, das grandes bibliotecas nacionais que fazem o orgulho de muito povo, vê-se logo que elas se formaram, tendo como base uma coleção particular e foram se enriquecendo com a aquisição ou doações de outras coleções particulares. (MORAES, 1998, p.15-16).

O autor, através da citação acima, faz uma relação direta com o desenvolvimento econômico e cultural do povo, visto que, quanto maior o desenvolvimento econômico, maior as possibilidades para que se tenha um desenvolvimento cultural, pois em uma sociedade desenvolvida o seu povo busca uma identidade artística, histórica e cultural.

Tendo, pois, aparecido antes do livro e do manuscrito, a biblioteca exige um estudo anterior ao do livro propriamente dito e de seus ancestrais, os rolos de papiro e de pergaminho. A sua colocação no início da primeira parte de um estudo que trata do “livro manuscrito” e do “livro impresso”, impunha-se, de toda evidência, pela própria natureza histórica do problema. (MARTINS, 2002, p.74).

A cronologia do aparecimento das bibliotecas é a seguinte: primeiro, surgiram as bibliotecas reais, na Antiguidade; as monásticas e universitárias, na Idade Média; as nacionais, no século XIX; e as públicas e especializadas, no século XX.

A imprensa revoluciona, embora lentamente, a memória ocidental. Revoluciona-a ainda mais lentamente na China, onde, apesar de a imprensa ter sido descoberta no século IX da nossa era, ignoraram-se os caracteres móveis, a tipografia; até à introdução, no século XIX, dos processos mecânicos ocidentais, a China limitou-se à xilografia, impressão de pranchas gravadas em relevo. A imprensa não pôde agir de forma

massiva na China, mas os seus efeitos sobre a memória, pelo menos entre as camadas cultas, foram importantes, pois imprimiram-se sobretudo tratados científicos e técnicos que aceleraram e alargaram a memorização do saber. (LE GOFF, 2003, p.451-452)

Seria um pouco vago falar das bibliotecas nos séculos XIX e XX sem pelo menos apresentar breves pinceladas a respeito da evolução das bibliotecas, por isso, reuni um breve histórico das mais importantes do período.

### **2.2.1 Bibliotecas: entre a Antiguidade e o século XX**

As primeiras bibliotecas eram constituídas por materiais minerais escritos através de cuneiformes<sup>1</sup> e hieróglifos em tabletes de argila; logo após, passaram a existir as bibliotecas vegetais e animais, constituídas de rolos de papiro<sup>2</sup> e pergaminho<sup>3</sup>. Com o aparecimento do papel, fabricado pelos árabes, surgiram as primeiras bibliotecas de papel e, mais tarde, as bibliotecas dos livros propriamente ditos.

As bibliotecas da Antiguidade caracterizam-se pela sua constituição com tabletes de argila ou, posteriormente, com rolos de papiro e pergaminho: o manuscrito enrolado se manteve até meados do ano 300, aparecendo o códex<sup>4</sup> por volta do século IV. Nesse período, as bibliotecas não tinham um carácter público e serviam apenas como um depósito, isto é, eram locais em que se escondiam os livros, ao invés de preservá-los e difundi-los.

---

<sup>1</sup>Escrita cuneiforme tira o seu nome, como se sabe, do aspecto exterior dos sinais, que se apresenta em forma de cunhas. (MARTINS, 2002, p. 43).

<sup>2</sup>Papiro – plantas silvestres que crescem as margens do rio Nilo, e de cujo talo fabricavam uma pasta sobre a qual podiam escrever. Dada, porém a contextura fibrosa de papiro, não era possível dobrá-lo, e assim surge a primeira forma de livro, o rolo de papiro. (SILVA, 2009, p.16).

<sup>3</sup>Pergaminho – material fabricado de peles preparadas de animais, principalmente de carneiros ou de vitelos.

<sup>4</sup>Códex – livros composto de folhas dobradas, reunidas e encadernadas.

Assim, o que caracteriza as bibliotecas da Antiguidade é a sua constituição com tabletas de argila ou, posteriormente, com rolos de papiro e pergaminho: o manuscrito enrolado se mantém até ao ano 300, mais ou menos, aparecendo o *códex* por volta do século IV. A partir de 1470, isto é, já no século XV, começam a aparecer o que chamaríamos de formatos modernos, isto é, livros menores, com a folha dobrada, da mesma forma por que aparecem as primeiras margens. Essas datas todas já nos colocam em plena Idade Média, onde entramos insensivelmente: ainda por aí se vê que as bibliotecas medievais, como dissemos, não passam de prolongamentos das bibliotecas antigas. (MARTINS, 2002, p.80)

Há vestígios e comprovações de grandes bibliotecas na Antiguidade. Dentre elas, podemos citar a Biblioteca de Nipur, na Babilônia, descoberta em um templo, com registros em lâminas de argila e em escrita cuneiforme; e a Biblioteca de Nínive, localizada no palácio do rei Assurbanipal, uma das mais conhecidas da Mesopotâmia, que contava com milhares de tabletas de argila com transcrições e textos sobre os mais variados assuntos, coletados sistematicamente pelo rei em outros templos do seu reino. Segundo Martins (2002), suas tabletas de argila continham obras religiosas e de magia, históricas e de astrologia, catálogos de plantas, entre outros.

Porém, nenhuma foi tão famosa quanto a Biblioteca de Alexandria, no Egito. Ela teria de 40 a 60 mil manuscritos em rolos de papiro, chegando a possuir 700 mil volumes. Sua fama é atribuída à grande quantidade de documentos e também aos três grandes incêndios dos quais foi vítima.

A biblioteca de Alexandria era dividida em duas partes: quatrocentos mil volumes foram depositados num bairro da cidade chamado Bruchium; as novas aquisições, que subiram, como ficou dito, trezentos outros mil volumes, formaram uma biblioteca suplementar, num outro bairro, chamado Serápio. A biblioteca de Alexandria é igualmente célebre pelo número dos seus incêndios históricos, o terceiro dos quais definitivo. No momento da entrada de César em Alexandria, o edifício de Bruchium foi incendiado, sobrando, apenas, os da nova biblioteca, enriquecida, em compensação, com os livros de Pérgamo, saqueados por Antônio e doados a Cleópatra.[...] A biblioteca de Alexandria ostentava a singularidade de possuir manuscritos únicos de grande número de obras da Antiguidade que com ela desapareceram. (MARTINS, 2002, p.75).

Mas outras bibliotecas também tiveram grande importância, como as bibliotecas judaicas, em Gaza, e a Biblioteca de Pérgamo, incorporada à de

Alexandria antes de sua destruição. Conforme Martins (2002, p.76), “A biblioteca de Pérgamo, que chegou também a gozar de grande reputação e a conter cerca de duzentos mil volumes, desapareceu junto com a de Alexandria, graças à doação de Antônio acima referida”.

E que absurda pareceu a H.A. Innis quando se referiu ao “desinteresse” de Platão e Aristóteles pelas bibliotecas. Não havia razão para que os gregos amassem e, por consequência, guardassem os seus próprios livros: Sócrates é um símbolo, que, como tantos outros, nada escreveu. Desprezando profundamente os “bárbaros”, não havia igualmente razão para que amassem e, por consequência, procurassem guardar os livros estrangeiros. Assim, o povo letrado por excelência na Antiguidade, a pátria das letras e das artes, não possuía bibliotecas. (MARTINS, 2002, p.77).

Desde seu surgimento, as bibliotecas restringiam as informações a determinadas classes sociais. Na Antiguidade, a classe favorecida era a aristocracia; na Idade Média, o acesso ficava limitado aos religiosos, ou seja, a informação ficava concentrada nas classes sociais mais elevadas.

Até a Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa “ordem”, de um “corpo” igualmente religioso ou sagrado. (MARTINS, 2002, p.71)

Antigamente, os livros eram presos nas estantes para não serem emprestados, pois os responsáveis pelas obras e pelas bibliotecas tinham receio que ambas não retornassem à mesma ou que voltassem danificadas.

Pode-se dizer que a Idade Média conheceu três espécies diferentes de bibliotecas, se as considerarmos pelo que chamaríamos hoje a “entidade mantenedora”: as bibliotecas monacais (e entre elas incluiremos, não só por afinidade como por suas origens históricas, a Vaticana), as bibliotecas das universidades e as bibliotecas particulares (mesmo as que eram constituídas pelos reis e grandes senhores pertenciam-lhes a título por assim dizer privado ou pessoal; só mais tarde é que, por força de uma evolução natural, elas se transformaram em bibliotecas “oficiais” e públicas). (MARTINS, 2002, p.82).

Da mesma forma, as bibliotecas medievais também se situavam no interior de conventos, lugares de difícil acesso ao leitor comum. Ainda conforme Martins (2002, p.71), “as bibliotecas medievais são simples prolongamentos das bibliotecas antigas, tanto na organização quanto na natureza e no funcionamento”. Não se trata de tipologias diferentes de bibliotecas, mas de um mesmo tipo que sofreu modificações insignificantes, decorrentes de pequenas divergências de organização social.

Para Riché (2006, p.246), “Durante a Idade Média, os monges estão associados às bibliotecas. São sempre representados no meio dos livros, seja que os copiem, seja que os leiam.” Na era medieval, observando o caso da biblioteca retratada na obra “O nome da rosa”, de Umberto Eco, a qual descreve uma época em que o acesso era restrito aos religiosos, percebe-se que sua construção era feita de maneira a dificultar que se encontrassem os volumes desejados. Esse trecho explana a complexa arrumação da biblioteca:

O modo de leitura era bizarro, às vezes se procedia numa única direção, às vezes se andava para trás, às vezes num círculo, freqüentemente, como disse, uma letra servia para compor duas palavras diferentes (e nesses casos a sala tinha um armário dedicado a um assunto e um a um outro). Mas não havia evidentemente que se procurar uma regra áurea naquela disposição. Tratava-se de mero artifício mnemônico para permitir ao bibliotecário encontrar uma obra. Dizer que um livro se achava na *quarta Acaiae* significava que estava na quarta sala, a partir daquela em que se aparecia o A inicial, e quanto ao modo de individuá-la, supunha-se que o bibliotecário soubesse de cor o percurso, reto ou circular, a ser feito. (ECO, 1983, p. 367).

O trabalho de Eco, apesar de ser uma obra literária, descreve o contexto histórico no qual estavam inseridos os religiosos intelectuais na Idade Média, tratando a biblioteca como um labirinto, onde a informação era restrita, onde somente o bibliotecário sabia a localização exata da obra e tinha o poder de decidir sobre a leitura ou não de um livro, definindo, assim, informações e conteúdos que poderiam ser estudados e comunicados aos demais.

Entre as mais célebres bibliotecas conventuais da Idade Média, citam-se as do Monte Atos, na Turquia, bem como as que nasceram no Ocidente [...] assim as italianas, mencionadas acima por Louis-Marie Michon; a de Saint-

Gall, na Suíça; as de Corbie, de Cluny e de Fleury-sur-Loire, na França; a de Fulda, na Prússia. (MARTINS, 2002, p. 84-85).

A Ordem dos Beneditinos foi a que mais se identificou com o livro na Idade Média, a ponto de seu nome transformar-se em um adjetivo para qualificar o trabalho intelectual de grande valor, metucioso, paciente e correto.

Isso durou até o século XVI, quando as bibliotecas sofreram grandes mudanças e passaram a ter caráter legal e civil, deixaram de ser particulares para tornarem-se públicas e abertas para todos. Elas também procuraram especialização em diversas áreas do conhecimento e atravessaram um processo de socialização.

Para Martins (2002, p.89), “o grande acontecimento medieval e que, de uma certa forma, decide dos destinos de toda a civilização, e, por consequência, dos destinos do livro, é a fundação das universidades”. No início, as universidades são uma extensão das ordens eclesiásticas, pois os franciscanos e dominicanos encontram-se na origem de muitas delas. As bibliotecas universitárias deste período se desenvolvem no decorrer do século XV, quando começam a aumentar as riquezas materiais na universidade.

Para Chartier (1999), essa busca e as mudanças sofridas pelas bibliotecas são um resgate do mito de Alexandria, isto é, da existência de uma biblioteca ideal.

Por volta de 1450, Johann Gutenberg<sup>1</sup> (1397 – 1468) inventou, em Mogúncia, na Alemanha, a imprensa de tipos móveis. Conforme alguns autores, o primeiro livro a ser impresso no Ocidente foi a Bíblia de 36 linhas ou Mazarina, atribuída a Gutenberg. Comprovadamente, sabe-se que Gutenberg deu início à impressão da Bíblia de Mogúncia, em 1456, e que esta foi concluída por Johann Fust<sup>2</sup> e Peter Schoffer<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>Nascido na cidade de Mogúncia por volta do ano de 1400. Lá aprendeu as profissões de ourives e de gravador. Foi o primeiro europeu a usar a impressão por tipos móveis, por volta de 1439.

<sup>2</sup> e <sup>3</sup>Sócios de Gutenberg.

Não se pode dizer que o livro impresso nada deva ao xilógrafo. A vista das gravuras e dos textos gravados em madeira pôde tornar mais tangíveis as possibilidades do papel para a reprodução industrial dos textos. Sem dúvida também o sucesso que obteria um procedimento mais aperfeiçoado. Talvez, em resumo, a grande difusão dos xilógrafos tenha dado a Gutenberg mais zelo em suas pesquisas e tenha levado Fust a ajuda-lo com seu dinheiro. (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.75)

O surgimento da imprensa de tipos móveis a partir do século XV incentivou a transmissão do conhecimento, em escala até então desconhecida, e impôs ritmo acelerado ao crescimento das bibliotecas. O acúmulo dos textos, agora reproduzidos em série, exigiu a construção de prédios apropriados à guarda das coleções.

No século XVIII, diante de uma política iluminista, que vê a biblioteca como dispositivo de libertação e emancipação do homem, se assiste, ao mesmo tempo, a importantes esforços de alfabetização e escolarização generalizada das populações e ao aumento considerável do número de bibliotecas públicas, com o surgimento das primeiras bibliotecas municipais. Já no século XIX, quando se constituíam suntuosas bibliotecas de estado e a decisiva expansão da rede de bibliotecas públicas, surgia a prática da leitura pública, realizada por funcionários pagos pelo estado, com a função ler em voz alta e o intuito de instruir as classes populares.

O final do século XIX foi marcado por um importante acontecimento que modificou profundamente a forma de armazenamento dos diversos meios de produção intelectual, artística, social e cultural. Essa mudança ocorreu principalmente por consequência da Revolução Industrial, forçando o desenvolvimento dos meios e das formas de armazenamento do conhecimento. Para acompanhar o desenvolvimento técnico-científico desta época, foi necessária uma nova forma de classificação dos livros, a chamada CDU (Classificação Decimal Universal), propiciando um mecanismo de busca universalmente válido e igual, capaz de facilitar a pesquisa e o acesso a todos os conhecimentos disponíveis, promovendo o acesso mais detalhado às diversas áreas do conhecimento a todos os interessados.

No Brasil, as primeiras bibliotecas foram organizadas pelos Jesuítas. De 1549 a 1759, eles detiveram o monopólio da educação e, mesmo após a reforma pombalina que os expulsou, as bases por eles aqui espalhadas não chegaram a se anular; sua influência marcou profundamente o estilo e a trajetória de nosso sistema educacional.

As bibliotecas dos jesuítas não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer pessoa que fizesse o pedido competente [...] É difícil avaliar procura maior de uma obra existente em livraria particular. No caso das bibliotecas jesuíticas, porém, é mais fácil fazê-lo por estarem nos colégios, ao alcance de mestres e estudantes. (MORAES, 2006, p.5)

As bibliotecas jesuíticas são exemplos claros da mudança de paradigmas das bibliotecas, que deixam de ser um veículo de informação restrito somente a algumas pessoas e passam a exercer uma função social mais abrangente, compreendendo, assim, um número maior de usuários e causando uma maior difusão das informações.

Com a evolução natural das bibliotecas jesuíticas, surgiram as bibliotecas particulares, as quais foram os primeiros produtos do Iluminismo no Brasil. Essas bibliotecas eram muito referenciadas nos livros dos viajantes estrangeiros.

Seria cometer grave exagero pensar que o ensino era ministrado, nos primeiros séculos, unicamente pelos jesuítas, e que só eles possuíam boas bibliotecas. As outras ordens religiosas, principalmente as dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, tinham escolas anexas aos seus conventos e exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras. (MORAES, 2006, p. 15).

No final do século XVIII, as bibliotecas dos conventos entraram em decadência, fundaram-se, porém, seminários em diversas dioceses providas de livraria.

Existem inúmeras bibliotecas que surgiram nos séculos XIX e XX, principalmente públicas. Cito como exemplos a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), a Biblioteca do Senado Federal (Brasília), a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), a Bibliotheca Pública Pelotense (Pelotas) e a Biblioteca Rio-grandense (Rio Grande), entre outras.

### **3 O acervo de obras raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas**

De acordo com a publicação intitulada “Faculdade de Direito (1912 – 1982): histórico”<sup>1</sup>, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas foi fundada em 1912, logo após a criação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1909. Logo em seguida, ambas se uniram como institutos formadores da Universidade do Rio Grande do Sul, entidade que inicialmente era estadual, e se tornou federal em dezembro de 1950.

Um ano antes – em 21 de setembro de 1911 – já havia sido fundada em Pelotas a Faculdade de Farmácia e de Odontologia, ainda sob a iniciativa do Dr. Francisco José Rodrigues de Araújo, com a colaboração de seus colegas do Ginásio Pelotense e de seus companheiros das Lojas Maçônicas.

A ideia de criar a Faculdade de Direito de Pelotas foi lançada na congregação do Colégio Municipal Pelotense, sob a inspiração do Dr. Araújo, que tinha o desejo de criar uma universidade integrada por estabelecimentos de todos os ramos de ensino superior e cujo sonho se concretizou em 1969.

José Júlio de Albuquerque Barros<sup>2</sup> e Fernando Luís Osório<sup>3</sup>, ambos recém-formados em Ciências Jurídicas e Sociais, concretizaram aquela verdadeira utopia, sem visar recompensas materiais. Após as providências iniciais da posse dos membros que formariam o primeiro corpo docente, foi fundada oficialmente a Faculdade de Direito de Pelotas, em 12 de setembro de 1912.

---

<sup>1</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Faculdade de Direito (1912 – 1982): histórico**. Pelotas: UFPel, [1982?].

<sup>2</sup>Filho do Dr. Júlio de Albuquerque Barros, cearense, Barão de Sobral, presidente das então Províncias do Ceará e do Rio Grande do Sul. Possuía grande cultura jurídica e geral, revelada desde o curso na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

<sup>3</sup>Descendente de família tradicional, neto do General Osório – Marquês de Herval – e filho de Fernando Luís Osório – Deputado Federal, na República. Historiador de renome, além de cultor das letras jurídicas, sobretudo na Filosofia do Direito.

O professor José Júlio de Albuquerque Barros foi eleito primeiro diretor (1938-1945), o qual se dedicou à Faculdade com todo o empenho, sem qualquer interesse pecuniário, mas, apenas, com o desprendimento de quem transmite à criação todo o vigor da personalidade criadora.

Fernando Luís Osório proferiu a primeira aula na Faculdade. Esse saudoso pelotense se tornou, desde jovem, um historiador de renome, enriquecendo a bibliografia nacional na sua especialidade, Filosofia do Direito. Foi catedrático de Direito Público Internacional até sua morte, em fevereiro de 1939. Teve a satisfação de assistir ao impulso da faculdade que ajudou a fundar e a manter com seu idealismo. Como preito de homenagem à sua memória, um grupo de amigos, alunos e admiradores, com o patrocínio da prefeitura, ergueu no jardim em frente ao prédio seu busto em bronze.

A faculdade, nos primórdios de sua existência, não possuía patrimônio e nem instalações próprias. Iniciou-se em dependências do Ginásio Pelotense (atual Colégio Pelotense). Depois de ocupar alguns prédios particulares, instalou-se na Bibliotheca Pública Pelotense, um dos marcos da cultura pelotense, fundada a 14 de novembro de 1875, sendo a sede da primeira escola de instrução gratuita na província gaúcha.

Durante a direção do professor Francisco Carlos de Araújo Brusque<sup>1</sup>, surgiu o primeiro movimento para a construção do prédio próprio, segundo as exigências técnicas e as necessidades da instituição, que, por sua expansão, já precisava de melhores acomodações para seu funcionamento. Tal ideia, porém, somente se concretizou na direção do professor José Francisco Dias da Costa<sup>2</sup>, que se tornou o seu grande artífice, contando com a valiosa colaboração do Grêmio Acadêmico Jurídico Ferreira Vianna e com o concurso de particulares e dos poderes públicos.

A então Intendência Municipal, da qual era titular o Dr. Augusto Simões Lopes – 1937, concedeu à Faculdade um auxílio de 150 contos, para a construção do edifício em terreno localizado na Praça Conselheiro Maciel, situada entre as ruas Félix da Cunha e Anchieta, de frente para a Rua Três de Maio, o qual havia sido adquirido pela própria entidade.

---

<sup>1</sup>Pertencente à tradicional família rio-grandense, filho do Conselheiro Brusque, governador das Províncias do Pará e de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Catedrático de Direito civil, jurista de renome, Presidente da Câmara Municipal de Pelotas.

Com o produto da venda de uma casa que a Faculdade já possuía, auxílio financeiro de títulos da dívida pública municipal e donativos privados, a Faculdade construiu sua sede, inaugurada a 11 de agosto de 1929, quando se festejava o 102º aniversário da criação dos cursos jurídicos no país.

Em frente ao prédio, além da homenagem a Fernando Luis Osório, há um pequeno monumento em honra à Ferreira Viana, contendo uma placa de bronze, que ostenta, de um lado, a imagem do jurista e, do outro, o texto na íntegra da Lei Áurea e também um busto de Chopin, num preito à liberdade, quando a Polônia, pátria do artista, simbolizava, durante a Segunda Guerra, o heroísmo dos que lutavam contra a tirania e a opressão dos invasores estrangeiros.

A Faculdade foi fundada segundo as normas da chamada “Lei Rivadávia<sup>1</sup>”, por haver sido elaborada sob a inspiração direta do gaúcho Rivadávia Corrêa, na época Ministro da Justiça, que também dirigia os temas educacionais do país na gestão do presidente Hermes da Fonseca (1910 – 1914).

A Revolução de 30 alterou profundamente a orientação política, jurídica, administrativa e social do país, imprimindo às instituições novos rumos, mais consentâneos com a realidade implantada após a Guerra de 1914. O surto renovador atingiu, naturalmente, o setor do ensino, nas suas diversas facetas. Logo, não se poderia mais permitir a difusão e o funcionamento de escolas e faculdades sem a devida fiscalização governamental pelos reflexos originados para a própria vida nacional.

Em março de 1931, foi eleito para diretor o professor Bruno de Mendonça Lima (1931-1965). Iniciaram-se aí as providências para cumprir as exigências legais. Foi requerida a inspeção preliminar, para verificação da Faculdade, que já funcionava há cerca de 20 anos. Após a adaptação do regime da Faculdade às prescrições legais em vigor, foi promovido o processo para ser obtida a inspeção federal permanente, ou seja, o reconhecimento da Faculdade.

Após a averiguação, foi expedido o Decreto Federal n.792, de 4 de maio de 1936, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e referendado pelo Ministro Gustavo Capanema, concedendo a inspeção federal permanente, ou seja, seu reconhecimento.

---

<sup>1</sup> Surge em 1911, estabelecendo o ensino livre e retirando do Estado o poder de interferência no setor educacional. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb06.htm>> Acesso em 03 jan. 2012.

Desde março de 1949, os professores e funcionários da faculdade passaram a ser servidores públicos, com todos os direitos, vantagens e obrigações respectivas, mas no setor estadual. A lei federal n.1254, de 4 de dezembro de 1950 federalizou, entre outras, a Universidade do Rio Grande do Sul, e, conseqüentemente, todos os institutos que a formavam, inclusive a Faculdade de Direito de Pelotas. Com a federalização da Universidade e da Faculdade, os professores e funcionários passaram então a integrar o quadro da União.

Em decorrência da situação atingida, a Faculdade passou a integrar a novel Universidade Federal de Pelotas, criada pelo Decreto-lei n.750, de 8 de agosto de 1969, expedido pelo presidente Médici. Também foram incorporadas a Faculdade de Odontologia e a então denominada Escola de Agronomia Eliseu Maciel, além de outros institutos autônomos aqui sediados, para ser formado o número mínimo legal de estabelecimentos necessários para a existência da entidade.

A Faculdade de Direito da UFPel lançou em 1956 a sua revista, que foi publicada até 1965, com colaboração de professores da casa e de juristas de fora dela, além de antigos alunos.

Há alguns anos, funciona o Serviço de Assistência Judiciária, através do qual professores e alunos têm prestado relevante função social, patrocinando a causa dos humildes e dos necessitados, com eficiência e competência profissional.

### **3.1 Histórico da Biblioteca José Júlio de Albuquerque Barros**

A biblioteca Professor José Júlio de Albuquerque Barros, da Faculdade de Direito, encontra-se organizada, contendo valiosas coleções e obras, entre elas livros, periódicos e trabalhos acadêmicos. Possui uma sala de obras raras, que é o objeto deste estudo, com cerca de 2000 obras dos séculos XVIII e XIX, registradas num livro tomo, em sua maioria obras jurídicas, além de alguns livros de filosofia, sociologia e literatura. Esses livros estão acondicionados de forma precária em estantes de madeira, de face simples, ocupando totalmente o espaço físico destinado à coleção. Estas obras não estão disponíveis aos usuários, devido às más condições em que se encontram atualmente.

Seu acervo inicial foi composto por doações de livros pelas famílias de professores falecidos, em cooperação ao instituto, que ainda não dispunha de recursos financeiros para a aquisição do material necessário. Atualmente, continua incluindo em seu acervo doações de ex-alunos, professores, do Centro Acadêmico Ferreira Viana etc., mas também obtém material solicitado pelos professores do curso através de compra.

A constituição das coleções da biblioteca é o fruto de uma política sistemática de aquisições, que busca a completude, a acumulação e todas as formas de saber e de criação confiadas à escrita, aptas a serem em seguida redistribuídas pela classificação nas grandes categorias literárias, teatro e poesia, ciências, história, retórica, etc. (JACOB, 2006, p. 51).

A Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPel conta com cerca de 100.000 obras registradas e 210,40 m<sup>2</sup> de área. Funciona no prédio da faculdade, de segunda à sexta, das 7h30min às 22h30min.

Antes da separação do acervo:

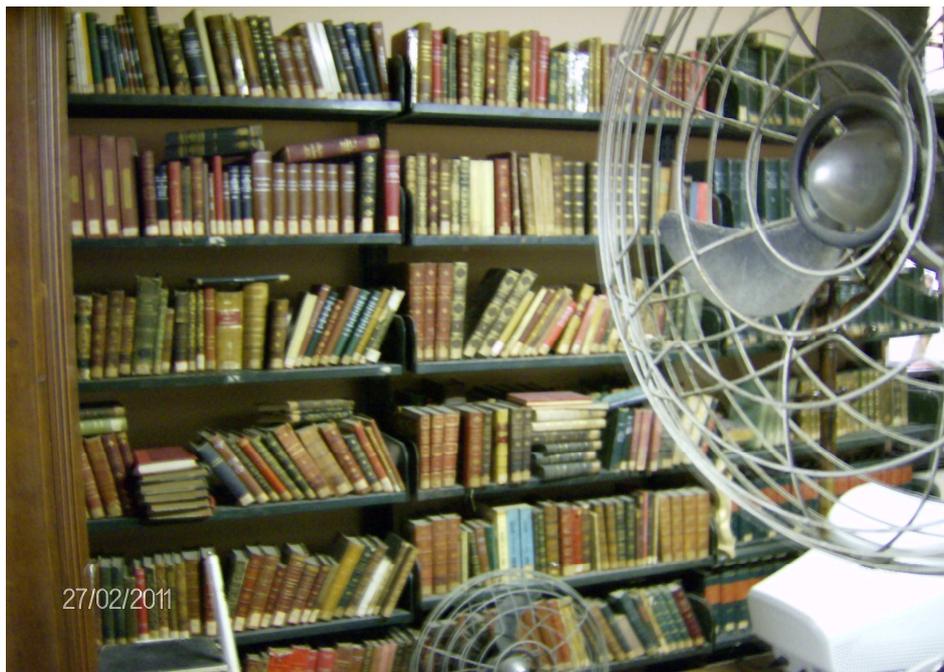


Figura 6 – Parte do acervo da “Sala de obras raras” da Biblioteca de Direito da UFPel.  
Fonte: Foto da autora, em 27 fev. 2011.



Figura 7 – Parte do acervo da “Sala de obras raras” da Biblioteca de Direito da UFPel.  
Fonte: Foto da autora, em 27 fev. 2011.

Depois da separação do acervo:



Figura 8 – Foto parcial das obras raras da Biblioteca de Direito da UFPel, após higienização.  
Fonte: Foto da autora, em 19 jan. 2012.



Figura 9 – Foto parcial das obras raras da Biblioteca de Direito da UFPel, após higienização

Fonte: Foto da autora, em 19 jan. 2012.

### **3.2 Análise das obras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas datadas até 1840, quanto ao critério de raridade**

Esse trabalho trata de uma catalogação e fichamento das obras da Sala de Obras Raras da Biblioteca de Direito da UFPel, onde existem cerca de 2000 obras antigas e raras.

Foi realizada uma análise minuciosa, obra por obra, para que se possa distinguir as que são consideradas obras raras das que são apenas antigas e em

desuso. Após essa separação, foi realizada uma limpeza em todo esse material, e o mesmo foi colocado em uma estante separada dos demais. Todas as obras serão fotografadas e fichadas (conforme Apêndice D).

Durante minha especialização cataloguei e analisei as 151 obras datadas até 1840 pertencentes a essa sala. É importante destacar que todas as obras foram avaliadas e separadas por período; logo, essas 151 obras representam todas as obras datadas até 1840 encontradas nesse acervo. As restantes datam de 1841 até aproximadamente 1930, onde algumas dessas não possuem nenhum critério de raridade além do limite histórico. As obras que são somente antigas foram retiradas desse acervo para futuramente serem incorporadas na Biblioteca Retrospectiva da UFPel.

A sala que abriga essas obras é um ambiente inadequado, pois trata-se de um local pequeno, escuro (sem iluminação natural) e sem ventilação; o material encontra-se acondicionado em estantes de madeira sem tratamento adequado. É um local úmido, pois a parede é a mesma do banheiro, a iluminação é por meio de lâmpadas fluorescentes e a temperatura é sempre ambiente.

Inicialmente, a proposta era avaliar as obras raras, já que o local onde estavam as obras era chamada de “Sala de Obras Raras”. Após alguns dias de pesquisa no acervo, pude perceber, analisando os critérios de qualificação de obras raras da Biblioteca Nacional e de outras bibliotecas universitárias, que nem todas as obras que estavam ali poderiam ser consideradas raras; exceto pelo critério de obras publicadas antes de 1900, já que a maioria delas é anterior a essa data.

Depois de algumas pesquisas e conversas com alguns professores do curso, pude concluir que essas obras são raras ou valiosas para o curso de Direito da UFPel, devido a sua importância histórica para o curso, já que foram doadas para que a biblioteca da Faculdade pudesse funcionar.

É importante enfatizar que todo esse acervo foi adquirido através de doações feitas pelos fundadores e professores da Faculdade, entre eles Fernando Luís Osório, José Júlio de Albuquerque Barros, Francisco José Rodrigues de Araújo, Francisco Carlos de Araújo Brusque, entre outros que constam no livro de registros da Faculdade.

Através dessa análise das obras, foi possível perceber que as mais antigas encontradas na biblioteca são de 1770: trata-se de uma coleção de nove volumes sobre direito canônico, publicada em Lyon, na França, pela Editora Chez Jean-Marie

Bruyset (FIG.10), de autoria de M. Durand, intitulada “Institutes du droit canonique”. A maioria destes volumes encontra-se num estado de conservação regular, com algumas deteriorações causadas principalmente por agentes biológicos, além de estarem bastante sujos e manchados.

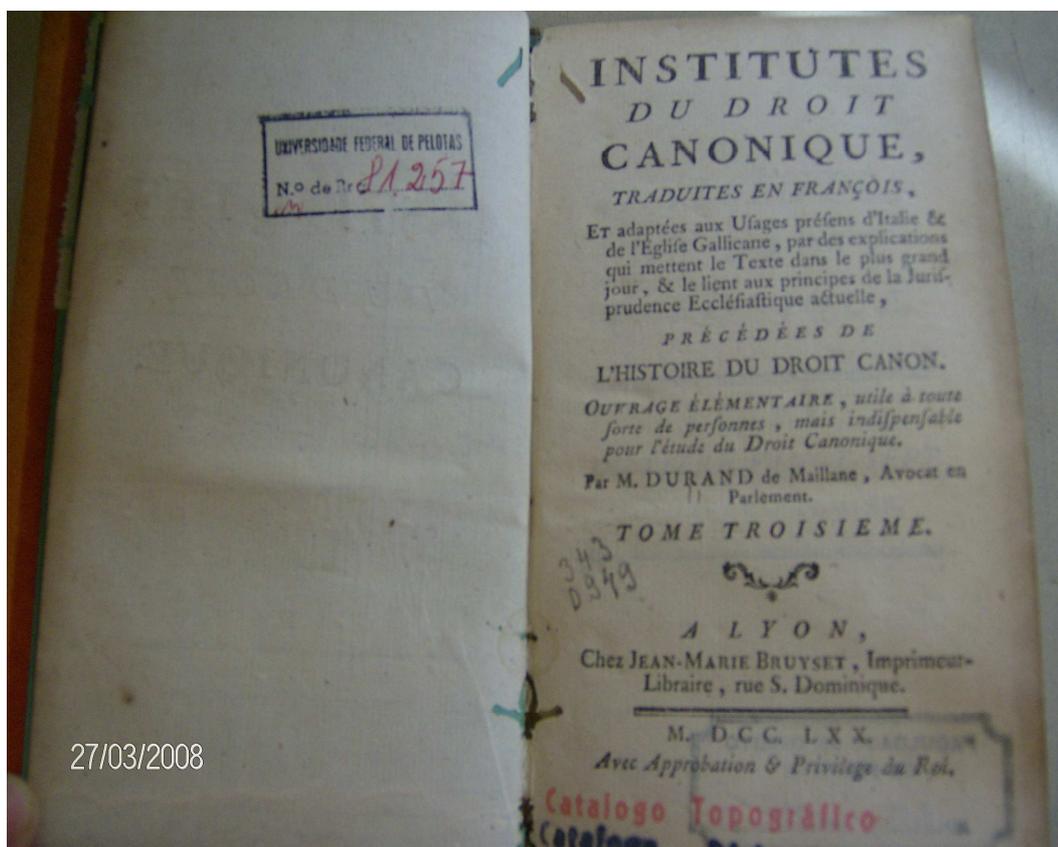


Figura 10 – Obra publicada em 1770, em Lyon, na França, tratando sobre direito canônico, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel.  
Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2008.

Das 151 obras catalogadas, 27 são do século XVIII, ou seja, enquadram-se no critério do limite histórico, que aborda obras anteriores ao século XIX, critério esse recorrente em 9 (nove) das 12 (doze) instituições pesquisadas. Dessas, 10 (dez) são do ano de 1770 e 17 (dezessete) de 1795.

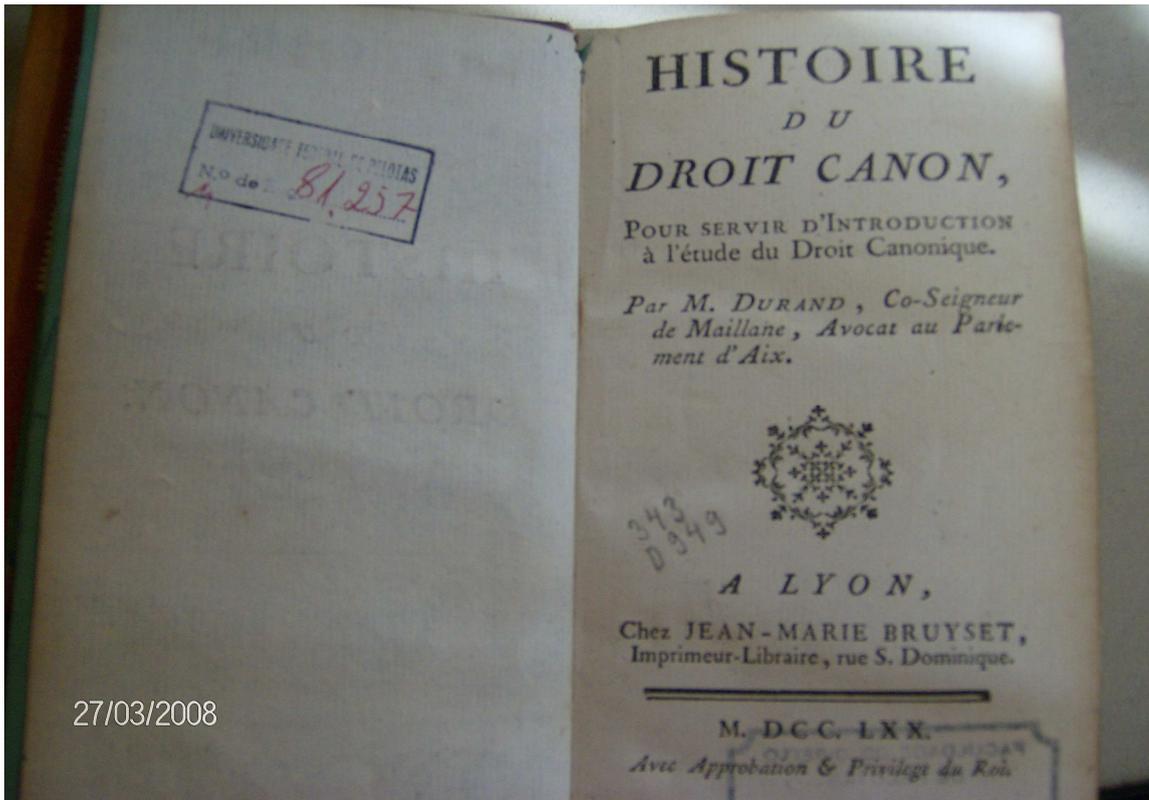


Figura 11 - Obra mais antiga da biblioteca, datada do século XVIII, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel.

Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2008.

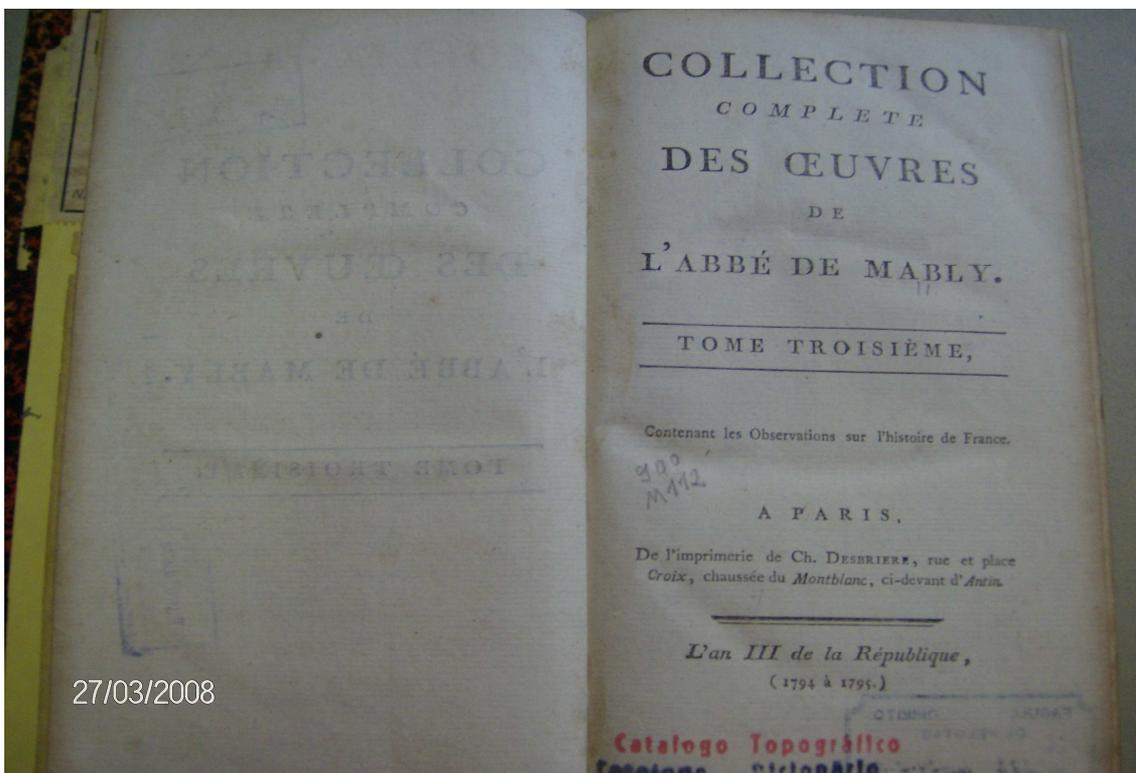


Figura 12 – Obra do século XVIII, datada de 1795, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel.

Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2008.

Tabela 6 – Período do acervo estudado

Período	Nº de obras
1770 - 1780	10
1781 - 1790	0
1791 - 1800	17
1801 - 1810	15
1811 - 1820	29
1821 - 1830	52
1831 - 1840	28

Fonte: Dados tabulados pela autora.

Através do fichamento das obras podemos obter a informação de que a maioria delas foi publicada entre 1821 e 1830, conforme mostra o gráfico.



Figura 13 – Período do acervo estudado

Legenda:

- 1- 1770 – 1780
- 2 - 1781 – 1790
- 3 - 1791 – 1800
- 4 - 1801 – 1810
- 5 - 1811 – 1820
- 6 - 1821 – 1830
- 7 - 1831 – 1840

Também com relação ao limite histórico, foram citadas anteriormente as obras impressas no Brasil no século XIX como sendo raras. A Biblioteca possui 3 (três) obras, das estudadas, relacionadas a esse critério, todas impressas no Rio de Janeiro.

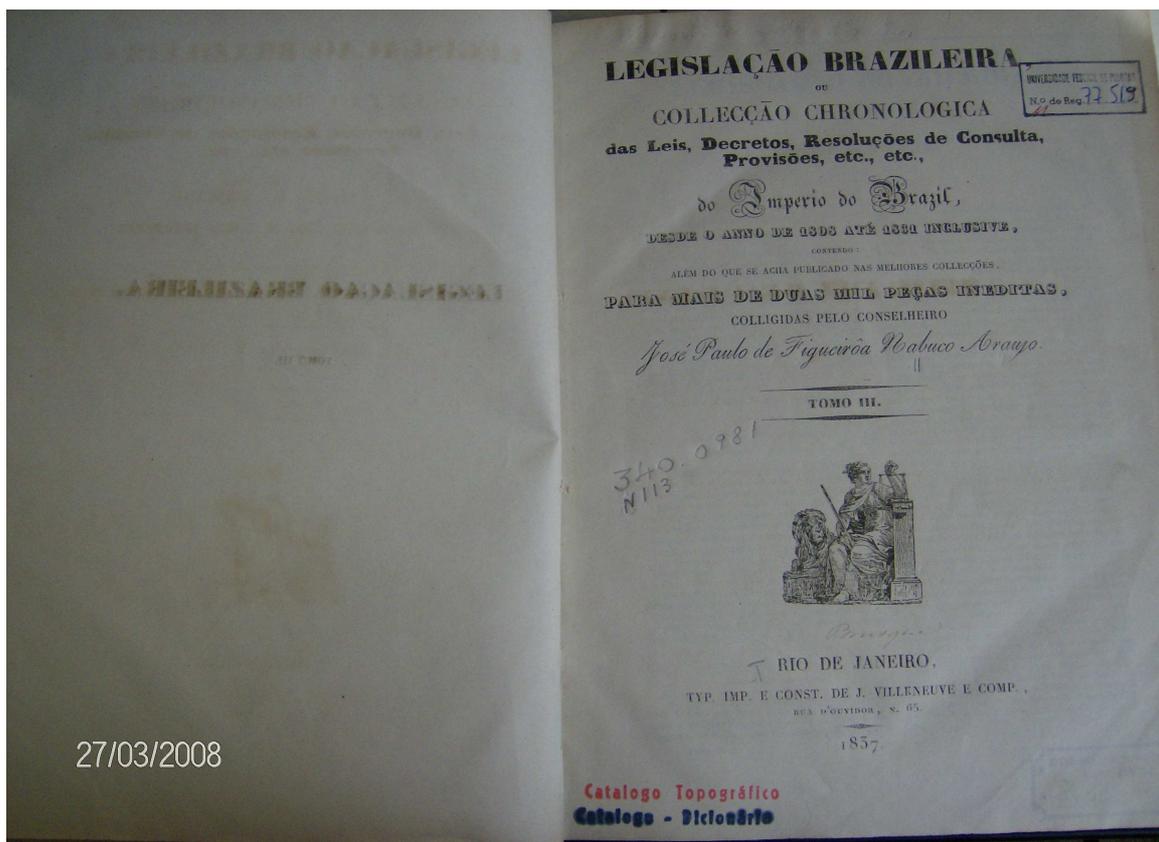


Figura 14 – Obra impressa no Rio de Janeiro, em 1837, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel. Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2008.

Das 151 obras estudadas, 14 (quatorze) são da Imprensa Régia, sempre contendo a indicação “Com licença” (FIG.15). Algumas das outras obras também possuem essa descrição, e outras, como algumas publicadas em Lisboa pela Typographia Hollandiana, trazem a descrição “Com licença da Mesa do Desembargo do Paço”, conforme a figura 16.

As publicações feitas por conta do autor traziam... a menção: “Com licença de S.A.R.”, ou simplesmente “Com licença”. A licença era dada depois do exame da obra pelos censores nomeados pelo governo. Mais tarde a censura passou para o Desembargador do Paço. Nesses casos os impressos traziam a menção “Com licença do Desembargo do Paço”. (MORAES, 2006, p.119)



Figura 15 – Obra publicada na Imprensa Régia Com licença, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel.

Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2008.

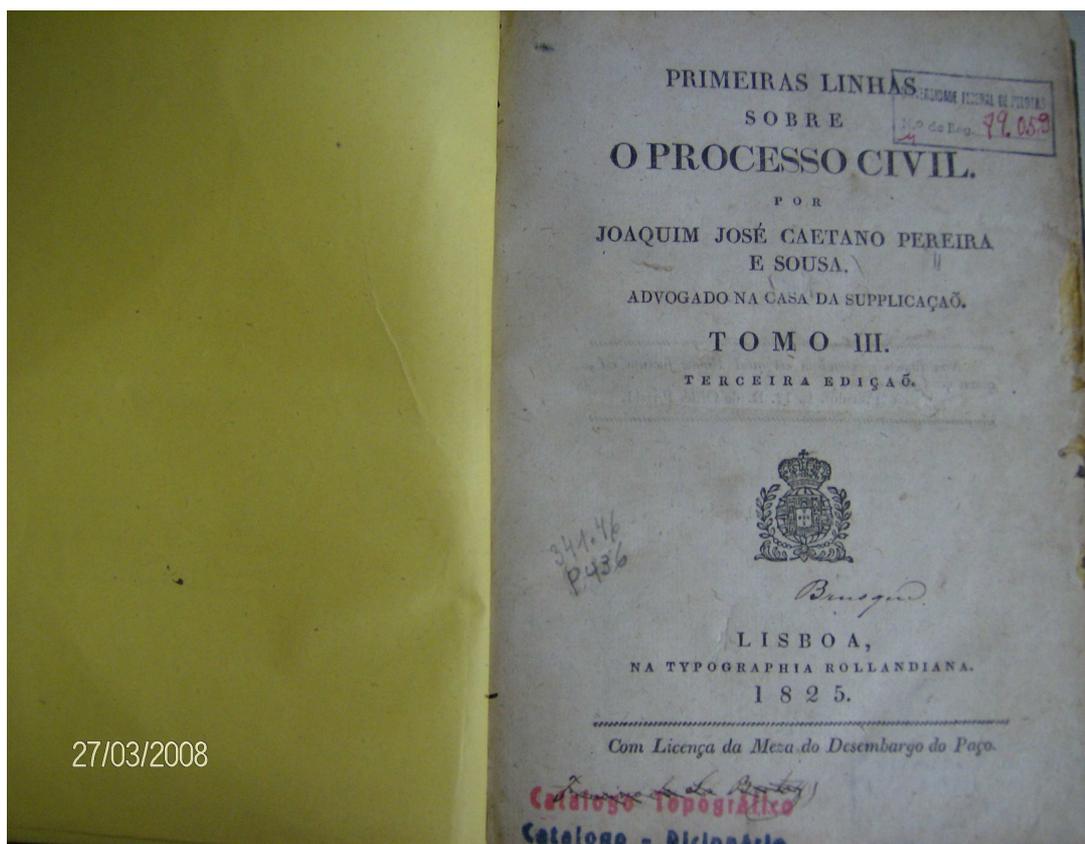


Figura 16 – Obra publicada pela Typographia Hollandiana, Com licença do Desembargo do Paço, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel.

Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2011.

Quanto aos critérios de aspectos bibliológicos e pesquisa bibliográfica, não foram encontradas obras nesse acervo.

As figuras abaixo são referentes ao critério de raridade de valor cultural, pois pertenceram ao Dr. Araújo Brusque, explicitado através de carimbos e assinaturas. Das 151 obras estudadas, 50 possuem sua marca de propriedade.

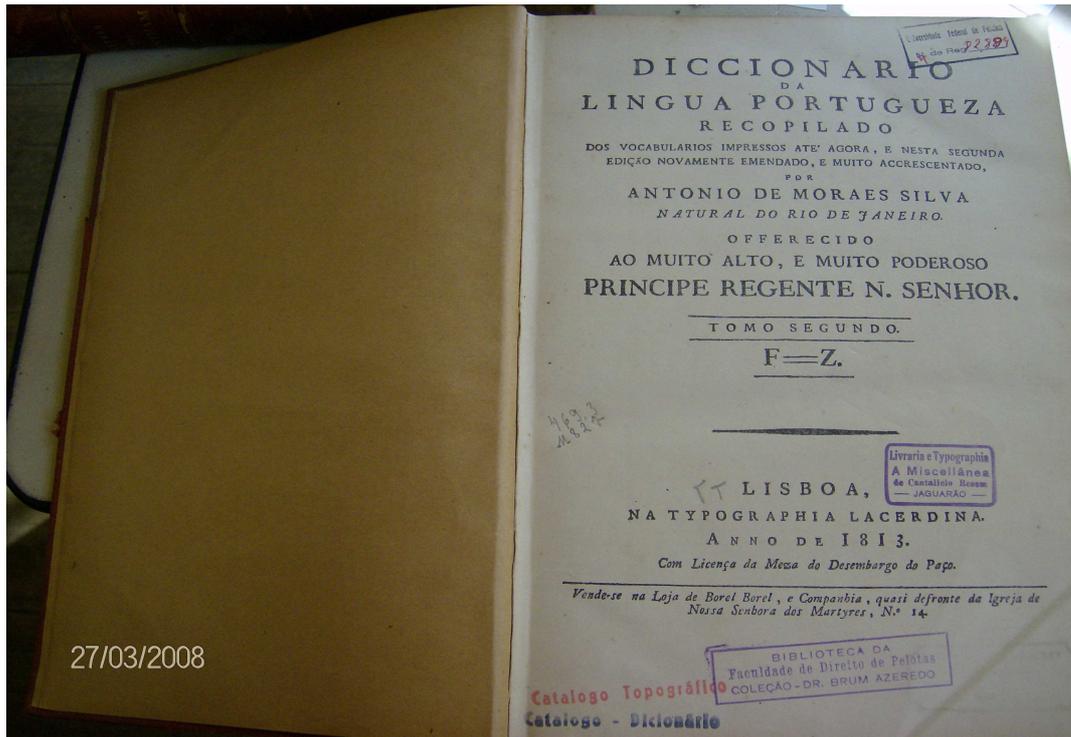


Figura 17 – Obra da coleção do Dr. Araújo Brusque, com marcas de propriedade, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel.  
 Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2008.

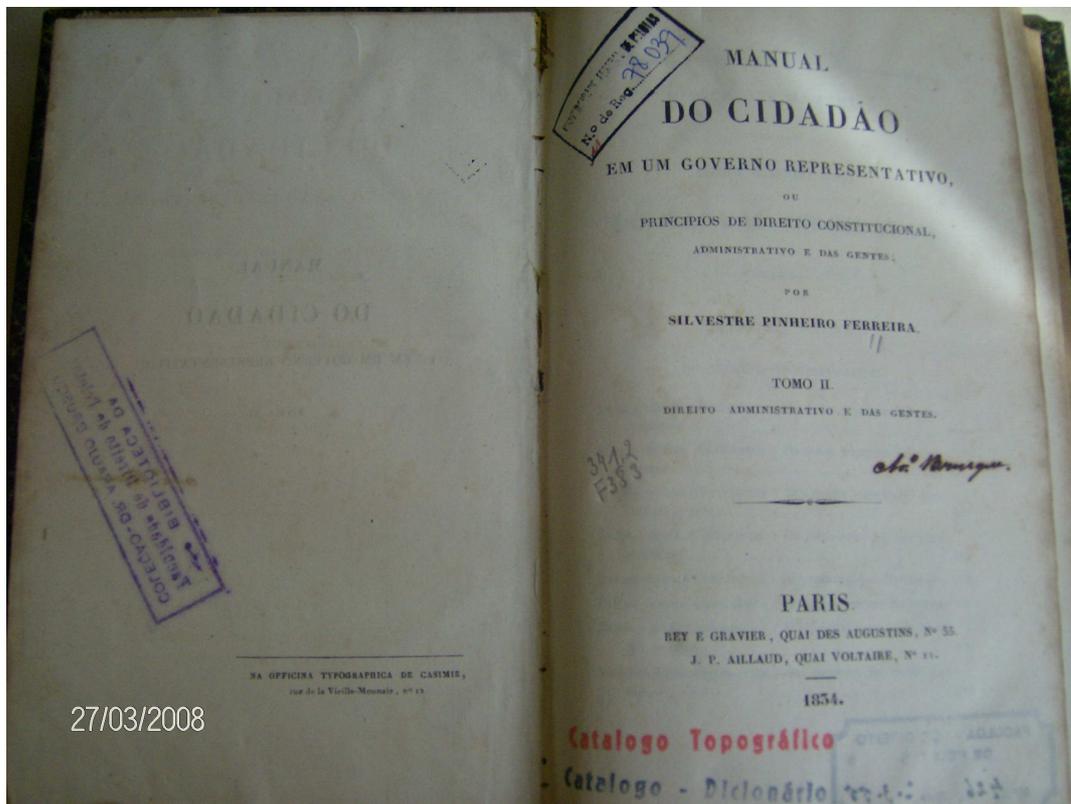


Figura 18 – Obra da coleção do Dr. Araújo Brusque, com marcas de propriedade, localizada na Biblioteca de Direito da UFPel.  
 Fonte: Foto da autora, em 27 mar. 2008.

A figura 19 se encaixa no critério de raridade de características do exemplar, pois trata-se de obra com anotações manuscritas de importância documental, doada à biblioteca por Fernando Luís Osório, um dos fundadores da Faculdade de Direito da UFPel, que proferiu a primeira aula na instituição, além de ser um grande historiador pelotense. A obra possui sua assinatura.

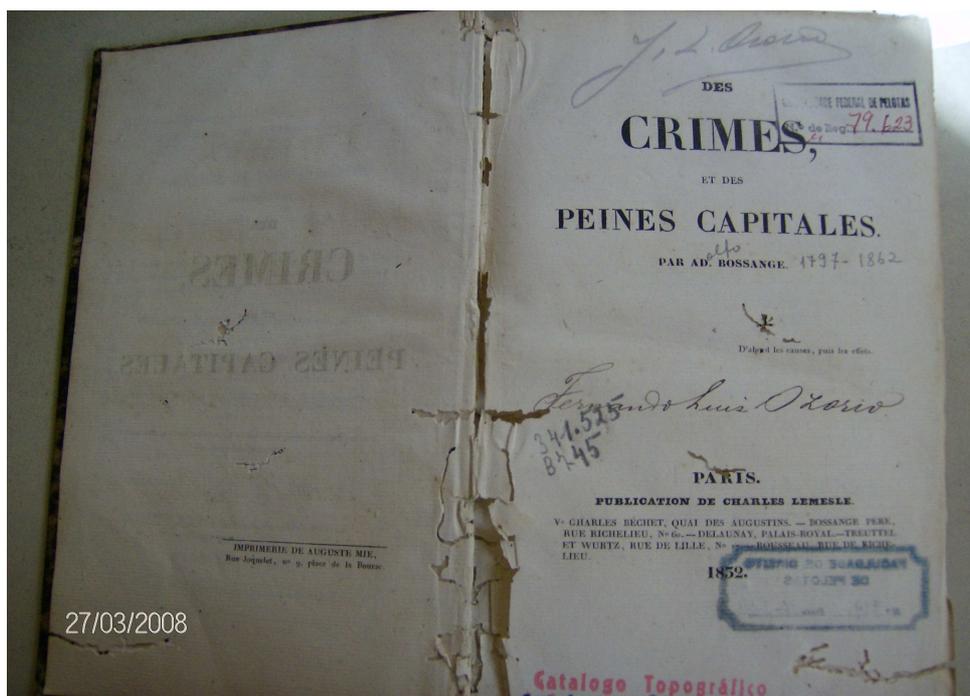


Figura 19 – Obra doada por Fernando Luis Osório à Biblioteca de Direito da UFPel. Fonte: Foto da autora, em 27 mar.2008.

Através do fichamento das obras podemos obter a informação de que a maioria delas foi publicada entre 1821 e 1830, conforme mostra o gráfico.

Já quanto ao idioma das obras estudadas, podemos perceber que as obras publicadas em francês totalizam o dobro das publicadas em português, conforme mostra a tabela 7.

Tabela 7 – Idioma das obras catalogadas

Idioma	Nº de obras
Português	50
Francês	101

Fonte: Dados tabulados pela autora.

O idioma predominante nas obras estudadas é o francês. Segundo Moraes (2006, p.22), “a língua francesa era universal no século XVIII e, em Portugal e no Brasil, seria a segunda língua de todo homem culto até meados do século XX”.

Essa citação explica o motivo pelo qual, nas obras estudadas, existem mais obras em francês do que em outros idiomas, já que a biblioteca estudada é situada no Brasil. A predominância de livros em francês demonstra a influência da cultura francesa entre os intelectuais brasileiros.

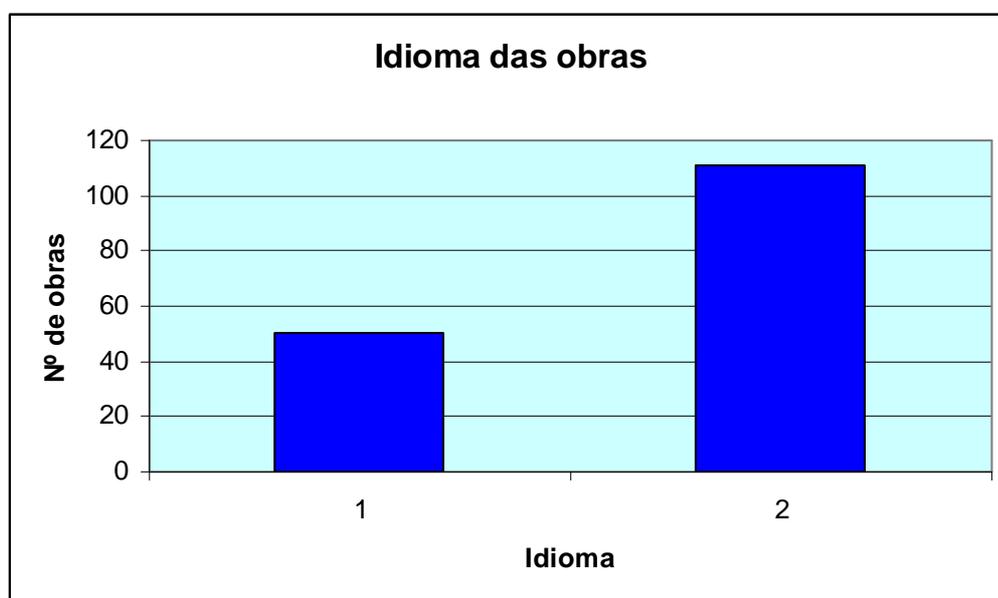


Figura 20 – Idioma das obras catalogadas

Legenda:  
 1 – Língua portuguesa  
 2 – Língua francesa

A avaliação do estado de conservação das obras aborda características que se encaixam em um dos três estados, que são Ruim, Regular e Bom.

O estado ruim de conservação abrange aquelas com folhas sujas, amareladas, com carimbos borrados, manchas de gordura, capa solta, algumas folhas soltas, muito deterioradas por agentes biológicos (traças e cupins), com alguns recortes e até mesmo com prejuízo de algumas palavras, devido a algum desses fatores anteriores.

As de estado regular são obras com folhas sujas e amareladas, manchas de gordura, carimbos borrados, folhas amassadas e dobradas e com pouco sinal de deterioração causada por agentes biológicos.

O bom estado diz respeito às que apresentam pouquíssimas deteriorações, como manchas e sujidades, mas nada em estado muito avançado.

Tabela 8 – Estado de conservação das obras

<b>Estado de conservação</b>	<b>Número de obras</b>
Ruim	27
Regular	83
Bom	41

Fonte: Dados tabulados pela autora.

Como podemos perceber na tabela 8, a maioria das obras encontram-se em estado regular de conservação: 55% das obras estudadas encontram-se em estado de conservação regular, 27% em bom estado e a minoria, apenas 18% em condições ruins de conservação.



Figura 21 – Estado de conservação das obras

Legenda:  
 1 – Ruim  
 2 – Regular  
 3 – Bom

Através dos dados tabulados abaixo, percebemos que todos os livros catalogados estão sujos, a grande maioria possui manchas e estão bastante desgastados por agentes biológicos, como traças e cupins. Em alguns casos a costura está bastante fragilizada, alguns com rompimentos e até mesmo com a lombada quebrada.

Tabela 9 – Principais deteriorações das obras

Fatores de degradação	Nº de obras
Agentes biológicos	105
Costura fragilizada	51
Lombada quebrada	5
Manchas	80
Rompimento	20
Sujidade	151

Fonte: Dados tabulados pela autora.

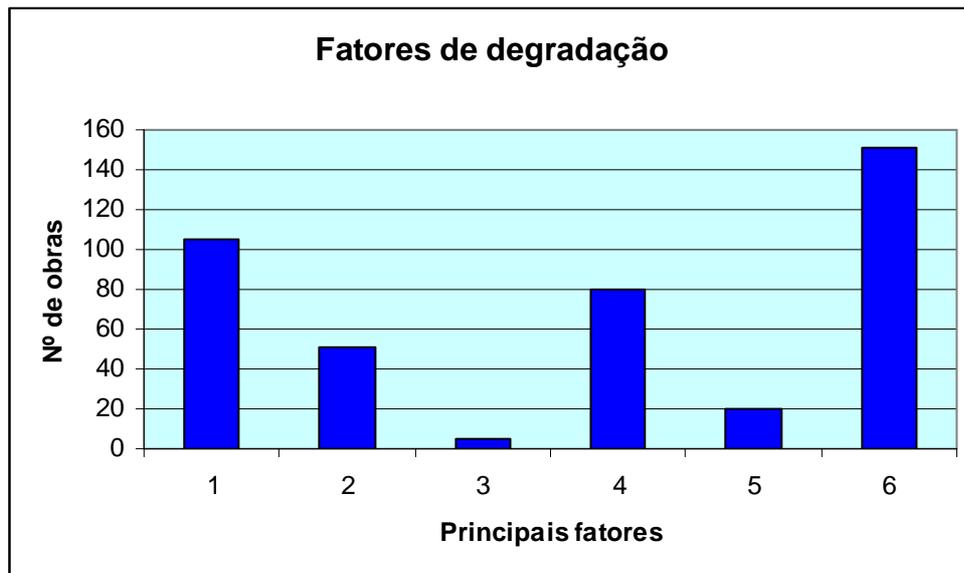


Figura 22 – Principais deteriorações das obras

Legenda:

- 1 – Agentes biológicos
- 2 – Costura fragilizada
- 3 – Lombada quebrada
- 4 – Manchas
- 5 – Rompimento
- 6 - Sujidade

É relevante destacar a importância desse acervo da Biblioteca do Direito e essa experiência inicial de qualificar as obras raras, separando-as das somente antigas ou desatualizadas para suas áreas de atuação. Acredito que esse trabalho servirá de referência para as outras bibliotecas da UFPel no sentido de que a Universidade desenvolva ações de preservação de seu acervo bibliográfico mais antigo, e também consiga um espaço adequado para ser a Sala de obras raras e também em cada unidade, ou até mesmo uma Biblioteca Retrospectiva, onde abrangeria a parte de Biblioteca de Obras Raras, e também o acervo antigo, em desuso.

## **Considerações finais**

Muitos são os critérios para avaliar os livros e dizer se são raros ou não. Mesmo que estejam baseados em um trabalho prático de avaliação do acervo, é necessário que os bibliotecários e outros profissionais da área estejam preparados para classificar o que realmente seria uma obra rara.

Nas bibliotecas jurídicas, essa tarefa é mais difícil de realizar, pois fica complicado decifrar o que seria uma obra jurídica rara, devido à grande quantidade de publicações nessa área. Nesse caso, a maior preocupação é preservar as obras de grandes juristas, estudiosos das leis e as constituições, pois elas não são utilizadas apenas para julgar, mas para a busca de embasamento teórico no pensamento de juristas renomados.

O ideal é que toda biblioteca, seja ela jurídica ou não, tenha um espaço, uma estante ou até mesmo uma prateleira, para que as obras raras sejam armazenadas adequadamente. Para que haja essa adequação, é preciso que as pessoas se conscientizem da importância de preservar e conservar esse material, através da elaboração de uma metodologia específica, com critérios de conservação.

Algumas atitudes a serem tomadas que podem ajudar nesse sentido são as seguintes: manter as instalações higienizadas; evitar estantes de madeiras; limpar as obras periodicamente, página por página, com um pincel macio; instalar equipamentos de ar condicionado, para estabilizar a temperatura; controlar a umidade do ar e, principalmente, montar uma equipe técnica para monitorar e higienizar o acervo, além de orientar funcionários e alunos quanto ao manuseio desses materiais. Com todas essas medidas, estaremos garantindo a preservação dos mesmos, e defendendo o acesso a esses acervos por pesquisadores e também pelo público em geral, afinal, de que vale um acervo sem ser consultado? Não é esse o objetivo das bibliotecas, e sim a disseminação da informação em qualquer que seja seu suporte.

Os acervos raros necessitam de mais atenção, talvez através de uma lei específica, que determine seu tratamento técnico e conceitual, em que sejam estabelecidos critérios para sua qualificação e reconhecimento como tal, evitando assim práticas equivocadas com relação a esses materiais, visando à preservação do livro raro como patrimônio histórico-cultural.

Já que ainda não existem critérios de raridade estáticos e iguais para todos os acervos, cabe a cada instituição relacionar, registrar, divulgar, compartilhar e, principalmente, elaborar critérios para seus acervos, de acordo com a sua missão, objetivos e características.

Devemos nos acostumar com o patrimônio como presente, e não somente como memória daquilo que ficou como herança; isso talvez nos ajude a entender o presente e pensar no futuro olhando para a memória. Daí a importância do livro como patrimônio cultural, pois ao fazer o registro de momentos, de seus pensamentos, o autor permite que futuramente os leitores possam conhecer e reconhecer seu passado intelectual, construindo e reconstruindo suas memórias coletivas e individuais.

A Educação Patrimonial contribui para que a comunidade conheça e reconheça o livro como parte integrante de seu patrimônio histórico-cultural. Através desse reconhecimento é que se permite a conservação e preservação do patrimônio bibliográfico nacional, ao mesmo tempo em que se contribui para a conscientização da importância das obras raras.

As pessoas precisam eliminar a ideia de que livros antigos são obsoletos e que devem ser jogados fora. O bibliotecário, e também outros profissionais que atuam nessa área, devem ter a consciência de sua responsabilidade em preservar esses bens. Para que isso ocorra, é necessário que conheçamos detalhadamente esses materiais e seus conteúdos, afinal, não se valoriza ou se guarda o que é desconhecido.

## Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A palavra mágica**. Disponível em:  
<<<http://www.citador.pt/poemas/a-palavra-magica-carlos-drummond-de-andrade>>>.  
Acesso em: 14 jan. 2012.

BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BATISTA, Aline Herbrith. **Estudo, catalogação e análise de Obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPel, datadas até 1840**. 2008. 51 f. Monografia (Especialização em Patrimônio cultural: conservação de artefatos) – Instituto de Artes e Design, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

BATISTA, Aline Herbrith; GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo. Memória entre livros: a biblioteca como lugar de memória. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 5., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2011. 1 CD-ROM.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 11.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:  
<<<http://www.lei.adv.br/25-37.htm>>. Acesso em: 19 mar.2010.

CARTERI, Karin Kreismann. O livro raro e os critérios de raridade. **Revista Museu**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:  
<<[http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=5484](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=5484)>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: UnB, 1999. (Coleção Tempos).

\_\_\_\_\_. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Roger (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p. 30.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Hucitec, 1992.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. p. 64-65.

GARRIDO, Rafael. Unicamp terá a primeira biblioteca de obras raras no Brasil. **Inovação em pauta**, abr./maio/jun. 2011. Disponível em: <<[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/divulgacao/inovacao\\_em\\_pauta\\_11\\_historia.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/divulgacao/inovacao_em_pauta_11_historia.pdf)>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedades na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JACOB, Christian. Ler para escrever. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.45-73.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. **A história nova**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. **Leitura e interpretação em Biblioteconomia**. Campinas: UNICAMP, 2000. (Pesquisas).

LUCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. **Conservar para não restaurar**: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MENESES, Raquel da Veiga Araújo de; SILVA, Leila Aparecida Arantes. **A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Supremo Tribunal de Justiça**. Disponível em:  
<<[http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/32378/Cole%C3%A7%C3%A3o\\_obras\\_raras\\_biblioteca.pdf?sequence=1](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/32378/Cole%C3%A7%C3%A3o_obras_raras_biblioteca.pdf?sequence=1)>> Acesso em: 12 nov. 2011.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p.137-152

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 3.ed. Brasília: Brique de Lemos, 1998.

\_\_\_\_\_. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Brique de Lemos, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, 1993. p. 7-29.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Brique de Lemos, 2006.

PARENTE, André. **O virtual e o hipertextual**. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **Livro raro**: antecedentes, propósitos e definições. Publicado em 14 out. 2004. Disponível em:  
<<http://bibliodesign.com.br/bibliodesign/bibliofilia/index.asp?idMateria=66>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **Que é livro raro?**: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

RICHÉ, Pierre. As bibliotecas e a formação da cultura medieval. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.246-256.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. O espelho do tempo: uma viagem pelas estantes do acervo de obras raras da Biblioteca de Manguinhos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.12, n.3, p. 180-194, set./dez. 2007. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a13v12n3.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras?: critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.1, p. 115-121, jan./abr.2006. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

SÁ, Ivan Coelho de. **Oficina de conservação preventiva de acervos**. Porto Alegre: Museu Militar, 2001.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins**, v. 2, n. 3, p.1-18, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/revbfe/v2n3jun2001/art01.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p. 67-86, set./dez. 2010.

SOARES, André Luis Ramos et al. **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. (Documentos técnicos; 1).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Sistema de Bibliotecas. **Critérios adotados para seleção de obras raras1: critérios de raridade da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária**. Disponível em: <<[http://www.bu.ufmg.br/boletim/obrasraras/criterios\\_raridade\\_divisao\\_colecoes\\_especiais.pdf](http://www.bu.ufmg.br/boletim/obrasraras/criterios_raridade_divisao_colecoes_especiais.pdf)>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Faculdade de Direito – 1912 – 1982:** histórico. Pelotas: UFPel, [1982].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Critérios para seleção de obras raras.** Disponível em: <<<http://www.bu.ufsc.br/design/CriteriosSelecaoObrasRaras.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Política de desenvolvimento do acervo para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará.** Fortaleza, 2004. Disponível em: <<<http://www.biblioteca-servicos.ufc.br/PDFS/PolitdeDesenvolvimentodoAcervo.pdf>>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Manual de conservação de acervos bibliográficos da UFRJ.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: <<[http://www.sibi.ufrj.br/catalogo\\_raras.html](http://www.sibi.ufrj.br/catalogo_raras.html)>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Departamento de obras raras.** Porto Alegre: UFRGS, [20--]. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/dor.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Documentação. **Documentos raros e/ou valiosos:** critérios de seleção e conservação. Niterói, 1987.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – Ficha de descrição dos materiais

<b>Identificação:</b>				
Referência da obra.			Idioma:	
Registro:			Nº. de chamada:	
<b>Tipo de suporte da obra:</b>				
<b>Estado geral de conservação:</b> (Bom, Regular, Ruim)				
<b>Especificações da obra:</b>				
Tipo de encadernação	<input type="checkbox"/> Inteira	<input type="checkbox"/> Falta partes		
Lombada	<input type="checkbox"/> Com douração	<input type="checkbox"/> Manuscrita	<input type="checkbox"/> Outra	
Capa	<input type="checkbox"/> Couro	<input type="checkbox"/> Papel	<input type="checkbox"/> Tecido	<input type="checkbox"/> Outra
<b>Principais deteriorações:</b>				
<input type="checkbox"/> Agentes biológicos	<input type="checkbox"/> Lombada quebrada	<input type="checkbox"/> Rompimento		
<input type="checkbox"/> Arranhões	<input type="checkbox"/> Manchas	<input type="checkbox"/> Sujidade		
<input type="checkbox"/> Costura fragilizada	<input type="checkbox"/> Perda da lombada			

Foto da obra:

## **APÊNDICE B – Critérios para a qualificação de obras raras a serem utilizados pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas**

### Critérios relacionados ao limite histórico:

- Primeiras edições de obras publicadas no Brasil ou no exterior até o final do século XIX (1899);
- Teses defendidas até o final do século XIX.

### Critérios relacionados aos aspectos bibliológicos:

- Edições de luxo;
- Edições de formato não convencional (poucos usuais);
- Livros artísticos com ilustrações originais.

### Critérios relacionados ao valor cultural:

- Edições clandestinas;
- Edições limitadas;
- Obras esgotadas;
- Edições personalizadas;
- Edições censuradas;
- Edições comemorativas;
- Obras apreendidas, recolhidas ou suspensas;
- Obras impressas em circunstâncias desfavoráveis (período de guerra, seca etc);
- Edições de personalidades de projeção política, científica, literária e religiosa;
- Edições com tiragens reduzidas;
- Obras de autores regionais;
- Produção do corpo docente da Universidade;
- Trabalhos monográficos elaborados por personalidades importantes;
- Edições de clássicos, em suas literaturas específicas.
- Obras pertencentes a bibliotecas de personagens ilustres.

Critérios relacionados à pesquisa bibliográfica:

- Obras que apareçam em fontes de informação como sendo raras.

Critérios relacionados às características do exemplar:

- Exemplares assinados pelo autor;
- Exemplares com anotações manuscritas, incluindo dedicatórias;
- Exemplares autografados por pessoas de reconhecida projeção.

**APÊNDICE C – Bibliografia das obras raras datadas até 1840, da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas**

**Obras do século XVIII:**

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome premier.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome second.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome troisième.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome quatrième.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome cinquième.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome sixième.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome septième.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome huitième.

DURAND, M. **Institutes du droit canonique**. Lyon: Chez Jean-Marie Bruyset, 1770. Tome neuvième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome cinquième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome septième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome huitième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome quatrième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome sixième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome premier.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome second.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome troisième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome neuvième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome dixième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome onzième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome douzième.

MABLY, L'Abbé de **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome quatorzième.

MABLY, L'Abbé de. **Collection complete de oeuvres**. A Paris: Chez Desdriere, 1795. Tome quinzième.

REPERTORIO das ordenações, e leis do reino de Portugal. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade Com Licença, 1795.

REPERTORIO das ordenações, e leis do reino de Portugal. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade com Licença, 1795.

REPERTORIO das ordenações, e leis do reino de Portugal. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade Com Licença, 1795.

### **Obras do século XIX:**

ARAUJO, José Paulo de Figueroa Nabuco. **Legislação brasileira ou Collecção chronologica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões etc etc do Império do Brazil.** Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1837.

BATTUR, G.B. **Traité de droit politique et de diplomatie.** Paris: J.G. Dentu, 1822.

BATTUR, G.B. **Traité de droit politique et de diplomatie.** Paris: J.G. Dentu, 1822.

BENTHAM, Jérémie. **Oeuvres de Jérémie Bentham.** Bruxelles: Societé Belge Libraire, 1840.

BENTHAM, Jérémie. **Oeuvres de Jérémie Bentham.** Bruxelles: Societé Belge Libraire, 1840.

BENTHAM, Jérémie. **Oeuvres de Jérémie Bentham.** Bruxelles: Societé Belge Libraire, 1840.

BENTHAM, Jérémie. **Traité des preuves judiciaires.** Paris: Bossange Freres, 1823.

BERRYER, M. **Leçons et modeles d'éloquence judiciaire.** Paris: J.L. Henry, 1838.

BLACKSTONE, William. **Commentaires sur les lois anglaises.** A Paris: Rey et Gravier, 1822.

BLACKSTONE, William. **Commentaires sur les lois anglaises**. A Paris: Rey et Gravier, 1822.

BLACKSTONE, William. **Commentaires sur les lois anglaises**. A Paris: Rey et Gravier, 1823.

BLACKSTONE, William. **Commentaires sur les lois anglaises**. A Paris: Rey et Gravier, 1823.

BLACKSTONE, William. **Commentaires sur les lois anglaises**. A Paris: Rey et Gravier, 1823.

BLACKSTONE, William. **Commentaires sur les lois anglaises**. A Paris: Rey et Gravier, 1823.

BOSCH, Adolphe. **Droit penal et discipline militaires de codes militaires**. Bruxelles: Societé Tipographique Belge, 1837.

BOSSANGE, Adolfo. **Des crimes, et des peines capitales**. Paris: Charles Lemesle, 1832.

BOULAY-PATY. **Cours du droit commercial maritime**. Bruxelles: Societé Belge de Libraire, 1838.

BOULAY-PATY. **Cours du droit commercial maritime**. Bruxelles: Societé Belge de Libraire, 1838.

BRAVARD-VEYRIERES, P. **Manuel de droit comercial**. Paris: Joubert, 1840.

CHOIX de rapports, opinions et discours. Paris: Aléxis Eymery, 1820.

COLECÇÃO chronologica de leis extravagantes, posteriores a nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819.

COLLECÇÃO chronologica de leis extravagantes, posteriores a nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819.

COLLECÇÃO chronologica de leis extravagantes, posteriores a nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819.

COLLECÇÃO chronologica de leis extravagantes, posteriores a nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819.

COLLECÇÃO chronologica de leis extravagantes, posteriores a nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819.

COLLECÇÃO chronologica de leis extravagantes, posteriores a nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819.

COLLECÇÃO de legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações oferecidas a El rei nosso senhor. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825.

COLLECÇÃO de legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações oferecidas a El rei nosso senhor. Lisboa: Typografia Maigrense, 1826.

COLLECÇÃO de legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações oferecidas a El rei nosso senhor. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828.

COLLECÇÃO de legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações oferecidas a El rei nosso senhor. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

CONSTANT, Benjamin de. **Collection complete des ouvrages**. A Paris: Chez P. Plancher, 1819.

CONSTANT, Benjamin de. **Collection complete des ouvrages**. Paris: Béquet, 1820.

CONSTANT, Benjamin de. **Collection complete des ouvrages**. Paris: Chez P. Plancher, 1819.

CONSTANT, Benjamin de. **Collection complete des ouvrages**. Paris: Chez P. Plancher, 1818.

CONSTANT, Benjamin de. **Collection complete des ouvrages**. Paris: Chez P. Plancher, 1818.

CONSTANT, Benjamin de. **Collection complete des ouvrages**. Paris: Chez P. Plancher, 1818.

DUMONT, Ét. **Tactique des assemblées législatives seivie d'un traité des sophismes politiques**. Paris: Bossange Freres, 1822.

DUMONT, Ét. **Tactique des assemblées législatives seivie d'un traité des sophismes politiques**. Paris: Bossange Freres, 1822.

DUMONT, Et. **Théorie des peines et des recompenses**. Paris: Bossange Frères, 1825.

DUMONT, Et. **Théorie des peines et des recompenses**. Paris: Bossange Frères, 1826.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Manual do cidadão em um governo representativo**. Paris: Rey et Gravier, 1834.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Manual do cidadão em um governo representativo**. Paris: Rey et Gravier, 1834.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Manual do cidadão em um governo representativo**. Paris: Rey et Gravier, 1834.

HOLBACH, Baron d'. **La morale universelle**, ou Les devoirs de l'homme. Paris: Masson et Fils, 1820.

HOLBACH, Baron d'. **La morale universelle, ou Les devoirs de l'homme**. Paris: Masson et Fils, 1820.

HOLBACH, Baron d'. **La morale universelle, ou Les devoirs de l'homme**. Paris: Masson et Fils, 1820.

LA CLEF des lois romaines ou Dictionnaire analytique et raisonne de toutes les matières contenues dans le corps de droit. A Metz: Chez C. Lamort, 1809.

LA CLEF des lois romaines ou Dictionnaire analytique et raisonne de toutes les matieres contenues dans le corps de droit. A Metz: Chez C. Lamort, 1810.

LE TRÉSOR de l'ancienne jurisprudence romaine. A Metz: Chez Lamort, 1809.

LEPAGE, P. **Éléments de la science du droit, a l'usage de toutes les nations.** Paris: G.C. Hubert, 1819.

LEPAGE, P. **Éléments de la science du droit, a l'usage de toutes les nations.** Paris: G.C. Hubert, 1819.

LES CINQUANTE livres du digeste ou des pandectes de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1805.

LES CINQUANTE livres du digeste ou des pandectes de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1804.

LES CINQUANTE livres du digeste ou des pandectes de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1804.

LES CINQUANTE livres du digeste ou des pandectes de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1804.

LES CINQUANTE livres du digeste ou des pandectes de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1804.

LES CINQUANTE livres du digeste ou des pandectes de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1804.

LES CINQUANTE livres du digeste ou des pandectes de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1805.

LES NOVELLES de l'empereur justinien. A Metz: Chez Lamort, 1810.

LES NOVELLES de l'empereur justinien. A Metz: Chez Lamort, 1811.

LEZ DOUZE livres du code de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1807.

LEZ DOUZE livres du code de l'empereur justinien. A Metz: Chez Behmer, 1807.

LEZ DOUZE livres du code de l'empereur justinien. A Metz: Chez C. Lamort, 1810.

LEZ DOUZE livres du code de l'empereur justinien. A Metz: Chez C. Lamort, 1807.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Appendice diplomático-historico ao tractado pratico do direito emphyteutico**. Lisboa: Impressão Régia, 1829.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Collecção das dissertações varias, as quais se fazem remissões no tractado das acções summarias e summarissimas**. Lisboa: Na Impressão Regia, 1826.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Collecção de dissertações e tractados vários em suplemento a's segundas linhas sobre o processo civil e ás notas a elles relativas**. Lisboa: Impressão Regia, 1828.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Collecção de dissertações jurídico-praticas**, em suplemento às notas ao livro terceiro das instituições do Doutor Pascoal José de Mello Freire. Lisboa: Imprensa Nacional, 1839.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Collecção de dissertações juridicas e praticas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Discurso jurídico, histórico, e critico sobre os direitos dominicaes**. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Dissertações sobre os dízimos ecclesiasticos, e oblações pias**. Lisboa: Impressão Régia, 1819.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Fascículo de dissertações jurídico-praticas**. Lisboa: Impressão Régia, 1829.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Fascículo de dissertações jurídico-praticas**. Lisboa: Impressão Regia, 1825.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Índice do que se contem nos três volumes de Notas de uso pratico e criticas**. Lisboa: Na Impressão Imperial e Real, 1826.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Índice geral das obras de Manoel d'Almeida e Souza de Lobão**. Lisboa: Impressão Regia, 1829.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Notas de uso pratico e criticas**; addições, illustrações e remissões. Lisboa: Impressão Regia, 1828.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Notas de uso pratico, e criticas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Notas de uso pratico, e criticas, addicções, illustrações e remissões**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Segundas linhas sobre o processo civil**, ou antes, Addicções as primeiras, do bacharel Joaquim Caetano Pereira e Souza. Lisboa: Impressão Régia, 1827.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Segundas linhas sobre o processo civil**. Lisboa: Impressão Regia, 1827.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado das obrigações recíprocas que produzem acções civis**. Lisboa: Impressão Régia, 1828.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado encyclopedico, pratico, critico, sobre as execuções que procedem por sentenças e de todos os incidentes nelas**. Lisboa: Impressão Regia, 1828.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado historico, encyclopedico, critico, pratico sobre todos os direitos relativos a casas**. Lisboa: Impressão Regia, 1829.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado pratico compendiario dos censos**. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado pratico compendiario das pensões eclesiásticas conforme o direito canônico antigo, novo e novíssimo.** Lisboa: Impressão Régia, 1819.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado pratico das denuncias, e mais procedimentos por causa dos extravios das fazendas subtrahidas aos tributos em geral.** Lisboa: Impressão Régia, 1829.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado pratico e compendiario das águas, dos rios públicos, fontes publicas, ribeiros, e nascentes delas.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1835.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado pratico, e critico de todo o direito emphyteutico conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das nações.** Lisboa: Impressão Regia, 1828.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tractado pratico, e critico de todo o direito emphyteutico conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das nações.** Lisboa: Impressão Regia, 1828 .

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Souza de. **Tratado pratico de morgados.** Lisboa: Impressão Regia, 1814.

MARQUET-VASSELOT, L.A.A. **École des condamnés, conférences sur la moralité des lois penales.** Paris: Joubert, 1837.

MARQUET-VASSELOT, L.A.A. **École des condamnés, conférences sur la moralité des lois penales.** Paris: Joubert, 1837.

MOLÉNES, M.de. **De l'humanité nas les lois criminelles de la jurisprudence.** Paris: Félix Locques, 1830.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial.** A Paris: Chez Nève, 1825.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial.** A Paris: Chez Nève, 1825.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial.** A Paris: Chez Nève, 1825.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1825.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1823.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1825.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1826.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1826.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1825.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1825.

PARDESSUS, J.M. **Cours de droit comercial**. A Paris: Chez Nève, 1825.

PHILLIPS, Richard. **Des pouvoirs et des obligations des jurys**. A Paris: Au Bureau du Censeur Européen, 1819.

ROUSSEAU, J.J. **Principes du droit politique, mis em opposition avec le contrat social**. Paris: Rey et Gravier, 1825.

SALVIAT, M. **Traité de l'usufruit, de l'usage, et de l'habitation**. A Limoges: Chez J.B. Bargeas, 1816.

SALVIAT, M. **Traité de l'usufruit, de l'usage, et de l'habitation**. A Limoges: Chez J.B. Bargeas, 1817.

SILVA, Antônio de Moraes e. **Diccionario da língua portugueza recopilado**. Lisboa: Na Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Antônio de Moraes e. **Diccionario da língua portugueza recopilado**. Lisboa: Na Typographia Lacerdina, 1813.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de hum dictionario jurídico, theoretico, e practico, remissivo ás leis compiladas e extravagantes**. Lisboa: Typographia Hollandiana, 1827

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de hum dictionario jurídico, theoretico, e practico, remissivo ás leis compiladas e extravagantes**. Lisboa: Typographia Hollandiana, 1825.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Primeiras linhas sobre o processo criminal**, com hum repertorio dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções regias. Lisboa: Impressão Regia, 1831.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Primeiras linhas sobre o processo civil**. Lisboa : Typographia Hollandiana, 1825.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Primeiras linhas sobre o processo civil**. Lisboa : Typographia Hollandiana, 1825.

STORCH, Henri. **Considérations sur la nature de revenu national**. Paris: Bossange Père, 1824.

TROPLONG, M. **Le droit civil explique**. Paris: Charles Hingray, 1833.

TROPLONG, M. **Le droit civil explique**. Paris: Charles Hingray, 1833.

TROPLONG, M. **Le droit civil explique**. Paris: Charles Hingray, 1833.

TROPLONG, M. **Le droit civil explique**. Paris: Charles Hingray, 1833.

TROPLONG, M. **Le droit civil explique**. Paris: Charles Hingray, 1838.

TROPLONG, M. **Le droit civil explique**. Paris: Charles Hingray, 1838.

TROPLONG, M. **Le droit civil explique**. Paris: Charles Hingray, 1838.

VATTEL, M. de. **Le droit des gens, ou Principes de la loi naturelle**. Rio de Janeiro: Chez Souza, 1830.

VATTEL, M. de. **Le droit des gens, ou Principes de la loi naturelle.** Rio de Janeiro: Chez Souza, 1830.

**APÊNDICE D – Catálogo de obras raras**

Em anexo, gravado em CD-ROM.